



Aqui brotam nossas ramas

Aprendizados em agroecologia
feminista no Vale do Ribeira



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA



Aqui brotam nossas ramas

Aprendizados em agroecologia
feminista no Vale do Ribeira

"Nos nomeamos RAMA, como a rama de uma diversidade de plantas que cultivamos e que nos representa, em especial nos identificamos com a rama da batata doce que traz à memória de cada variedade cultivada por nossas antepassadas. Somos como a rama da batata doce que, plantada cada qual a sua forma, em uma roda, em coroa, em leira, começa a enramar, se espalha, vai tomando espaço e produz raízes que garantem o alimento. Somos rama porque somos muitas, cada vez cresce mais e vamos conquistando mais clareza e força. Rama é nosso nome, palavra que brota do chão, que do céu nos fortalece com chuvas para nossa união."

Expediente

SOF Sempre Viva Organização Feminista

Textos: Bruna Massis, Miriam Nobre, Natália Lobo e Sheyla Saori Iyusuka

Edição de texto: Patrícia Cornils

Projeto gráfico e diagramação: Dânica Machado

Ilustração da capa: Leila Monsecur

Ilustrações do miolo: Helena Zelic

Fotos: Acervo SOF, Marília Santana e Marco Toresin

Apoio: Espace Femmes International (EFI) e Fédération Genevoise de Coopération (FGC)

Impressão: Pigma

Tiragem: 500 exemplares

Agradecemos à Rosana Miranda o apoio na elaboração dessa publicação.

Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição - Uso Não-Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Brasil. Isso quer dizer que você pode copiar, distribuir, transmitir e reorganizar este caderno, ou parte dele, desde que cite a fonte, não ganhe dinheiro com isso e distribua sua obra derivada sob a mesma licença.

São Paulo, junho de 2026

DIRETORIA

Marilane Oliveira Teixeira - Presidente

Eliana Gonçalves - Vice-Presidente

Fernanda Estima Gonçalves - 1ª Secretária

Sonia Maria dos Santos - 2ª Secretária

Maria Luiza da Costa 1ª Tesoureira

Marlene Furino - 2ª Tesoureira

CONSELHO FISCAL

Maria Elizabeth Reis Simão

Vânia Ribeiro Gomes

Maria Lucia da Silveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Aqui brotam nossas ramas : aprendizados em
agroecologia feminista no Vale do Ribeira /
Bruna Massis...[et al.]. -- São Paulo :
SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2026.

Outros autores: Miriam Nobre, Natália Lobo,
Sheyla Saori Iyusuka.
Bibliografia.
ISBN 978-65-87591-23-0

1. Agroecologia 2. Agricultura 3. Feminismo
4. Mulheres na agroecologia - Vale do Ribeira (SP)
5. Sustentabilidade ambiental I. Massis, Bruna.
II. Nobre, Miriam. III. Lobo, Natália. IV. Iyusuka,
Sheyla Saori.

26-370251.0

CDD-630

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres na agroecologia 630

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

FEDERATION
GENEVOISE
DE COOPERATION

efi espace
femmes
international

sof
SEMPREVIVA
ORGANIZAÇÃO
FEMINISTA

Sumário

Prefácio.....	6
Introdução.....	7
A construção política da RAMA.....	10
O Rio da Vida da RAMA.....	11
A defesa do território.....	16
Um lugar onde vale a pena viver.....	19
Adentrando nossas escolhas metodológicas.....	20
Onde as mulheres estão, o que elas fazem, quais suas necessidades?.....	21
As mulheres acompanham os tempos da vida.....	21
Mulheres auto-organizadas e em alianças.....	22
Formação em movimento.....	24
Fala, corpo e violência.....	24
Reconhecimento do trabalho das mulheres.....	29
A agroecologia feita pelas mulheres da RAMA.....	30
O conhecimento das mulheres como referência em cursos formais.....	34
A autogestão coletiva como metodologia para comercialização.....	36
Construção coletiva da RAMA.....	40
Nossas raízes e acordos.....	40
O papel das juventudes na RAMA.....	41
Cartas da RAMA.....	44
Para seguir a trilha.....	46

Prefácio

É um prazer fazer a abertura desta publicação, que apresenta os aprendizados e reflexões do projeto *Agroecologia e Feminismo no Vale do Ribeira*, desenvolvido pela SOF Sempre Viva Organização Feminista com apoio da Espace Femmes International (EFI).

Este projeto nasceu já em 2015, quando SOF começou a oferecer um programa inovador de extensão rural em uma perspectiva feminista para mulheres na região de Vale do Ribeira. Durante três anos, o projeto com a SOF foi incluído em um programa de investigação sobre iniciativas de economia solidária feminista, realizado por uma rede colaborativa na América Latina e na Índia e sob minha coordenação, como professora no Instituto de Altos Estudos Interacionais e de Desenvolvimento – Genebra.

A partir de 2018, e durante oito anos, o apoio foi realizado pela EFI, uma organização da Federation Genevoise de Coopération (FGC). Assim, conseguimos manter esta parceria por um tempo relativamente longo: doze anos, entre 2015 e 2026. Esta publicação concentra-se no período de colaboração com a EFI.

Este registro é sobretudo uma homenagem às mulheres rurais, às suas lutas, aos esforços de se organizar coletivamente para defender seus territórios, promover a agroecologia feminista e conquistar autonomia.

A trajetória dessas mulheres revela uma teia de resistência que conecta práticas locais, saberes científicos e ações políticas, construindo uma perspectiva de vida que valoriza a biodiversidade, a soberania alimentar, os direitos das mulheres e a justiça social. O projeto *Agroecologia e Feminismo no Vale do Ribeira* é estruturado em quatro eixos: práticas agroecológicas, comercialização solidária, direitos das mulheres e defesa do território.

Aqui, a agroecologia é muito mais que um conjunto de práticas agrícolas. É um movimento de resistência às forças de destruição ambiental e de exploração econômica, articulado a um feminismo que reconhece e valoriza o papel decisivo das mulheres na transformação social.

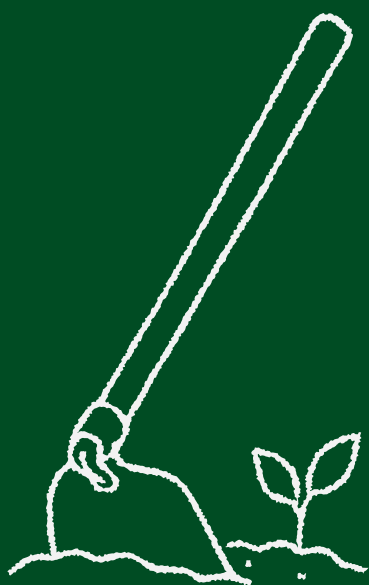
Este material nos convoca a refletir sobre o poder da organização coletiva, a importância de escutar as vozes das mulheres do campo e a necessidade urgente de ações que promovam uma convivência diferente com a natureza, baseada no cuidado, na solidariedade e na autonomia.

Todo este processo foi um exemplo de uma colaboração feminista e decolonial, onde as mulheres da RAMA, a SOF e EFI aprenderam mutuamente umas das outras. Ele é uma fonte de inspiração para refletir sobre como nos constituir em sujeitos políticos, com uma perspectiva feminista e antirracista, para defender um mundo mais solidário.

Christine Verschuur

Responsável, na EFI, pelo projeto
Agroecologia e Feminismo no Vale do Ribeira

Introdução



Esta publicação organiza os aprendizados da SOF Sempreviva Organização Feminista com o projeto *Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira*, realizado entre julho de 2018 e junho de 2026 em parceria com a organização suíça Espace Femmes International (EFI), que integra a Fédération Genevoise de Coopération (FGC). Queremos contar nossos caminhos, encruzilhadas e escolhas metodológicas para evidenciar que a organização coletiva envolve trabalho, pensamento, preparação, ainda que os planos sejam revistos no percurso, como muitas vezes foram.

A SOF começou a atuar de forma sistemática no Vale do Ribeira em meados da década de 2010, por meio de políticas públicas para os territórios. O trabalho em Barra do Turvo começou em 2015, com a realização da política de assistência técnica e extensão rural (ATER) com mulheres e de base agroecológica. Realizamos o primeiro encontro com todas as participantes da ATER no dia 8 de março de 2015, dia de lançamento da 4ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres. O tema daquela ação foi o fortalecimento da defesa dos territórios das mulheres, compostos por seu corpo, pelo lugar onde vivem, trabalham e desenvolvem suas lutas, por suas relações comunitárias, sua história.

Por demanda das agricultoras, buscamos estruturar uma rede de comercialização com grupos de consumo responsável e empreendimentos agroecológicos. O primeiro encontro para estruturar a rede foi em outubro de 2016. Quando iniciamos a parceria com a EFI, em 2018, já estavam postos nossos três eixos de trabalho: *práticas agroecológicas, comercialização direta e solidária e autonomia pessoal e coletiva das mulheres*. Aos poucos emergiu com mais força, como eixo de trabalho, a *defesa dos territórios e modos de vida*.

As escolhas metodológicas buscaram equilibrar o investimento nestes quatro eixos e, mais do que isso, apostar em suas interseções. Estas se concretizam na auto-organização das mulheres, nas alianças e nas ações de formação e construção de conhecimento que culminaram na constituição de um sujeito político agroecológico e feminista composto por agricultoras e quilombolas. Esta história é marcada por duas escolhas: partir de onde as mulheres estão, do que elas já fazem e de suas necessidades; e reconhecer que as mulheres se organizam pelos tempos da vida.

Nossos primeiros pontos de referência, quando chegamos à Barra do Turvo, foram as associações de agricultores familiares nos bairros rurais e as associações quilombolas, nomeadas de “comunidades remanescentes de quilombos”, já que era um projeto de ATER. As primeiras agricultoras foram nos apresentando para outras. Percebemos que as mulheres participavam das associações, da cooperativa e também de outros grupos, como a Pastoral da Criança¹ e um grupo de crochê.

Estes espaços considerados femininos foram experiências prévias de organização fundamentais para que a estruturação da RAMA fosse possível. Quando iniciamos a comercialização direta e coletiva, precisávamos fazer registros e contas. Uma das quilombolas nos contou que havia aprendido a fazer isto anotando e acompanhando o aumento de peso das crianças nas livretas da pastoral. O grupo de crochê era um motivo para sair de casa, em uma condição em que, para poderem estar juntas, as mulheres precisavam de uma razão produtiva. Conseguir “tirar as mulheres de casa” é um desafio permanente apontado pelas agricultoras. Muitas vezes elas descrevem este desafio junto com “tirar da tristeza, da depressão”.

O golpe de 2016, que tirou a presidenta Dilma Rousseff da Presidência, serviu para, dentre outras coisas, desmontar estruturas de enfrentamento a desigualdades do governo federal. Foram extintos o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério das Mulheres. Também houve a criminalização de organizações e movimentos sociais, em especial os que lutam pela terra. Cooperativas e associações da agricultura familiar foram alvos de investigações por contratos de compras públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em um entre muitos casos de *lawfare* – uso das normativas legais para destruir ou paralisar o “inimigo”. Assim forjaram justificativas para cortar orçamentos e descontinuar o programa.

Neste mesmo contexto político, no estado de São Paulo, o governo lançou, em 2019, mais um programa de desenvolvimento para o Vale do Ribeira, chamado Vale do Futuro. Isso preocupou as mulheres, porque o programa previa a privatização dos parques e unidades de conservação e a ampliação da mineração no território. A pandemia da COVID-19 cobrou a vida de pelo menos 700 mil pessoas residentes no Brasil entre 2020 e 2022 e tornou evidente a necropolítica – a determinação pelo Estado de que vidas são descartáveis. No Vale do Ribeira, a mineração foi liberada mesmo durante os períodos de isolamento social, porque foi considerada serviço essencial. No entanto, postos de saúde nas comunidades foram fechados e precarizados, principalmente pela interrupção do programa Mais Médicos².

Entre tantas descontinuidades, a continuidade da atuação da SOF junto a RAMA foi possível pela solidariedade feminista internacionalista, e permitiu os aprendizados que aqui compartilhamos. Eles foram a base para retomarmos a execução de políticas públicas como a ATER Mulheres e o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais do MDA, recomposto em 2023, depois da reeleição de um governo popular.

A RAMA se assenta em cada um dos dez grupos que a compõem e combina mulheres quilombolas e agricultoras familiares de oito comunidades no eixo da BR-116 e adentrando o extenso município da Barra do Turvo. A diversidade na composição da RAMA e nos itens que as mulheres produzem e comercializam é uma condição e uma aposta política. É herdeira do tempo em que as comunidades da região lutaram juntas pelo afastamento do parque que se sobrepunha a seus territórios. Este caminho, que vem de longe, foi organizado no *Rio da Vida da RAMA* que aqui resgatamos, marcando pontos desta trajetória ao longo dos oito anos de realização do projeto. Seguimos com a *defesa do território*, último eixo de ação explicitado, mas que sempre esteve em nossa atuação: aprendemos com Chico Mendes que “(agro)ecologia sem luta de classes é jardinagem”.

Neste livro, mostramos nossas escolhas metodológicas em quatro campos. Em *Fala, corpo, violência* contamos como demos sentido à noção de corpo-território proposta pelas mulheres indígenas de Abya Yala, que é como o povo Kuna nomeia as chamadas Américas, com especial atenção aos cursos de formação feminista. Em *Reconhecimento do trabalho das mulheres* destacamos as práticas agroecológicas, seus registros e os tempos das mulheres para tratar do desafio de, simultaneamente, reconhecer seus saberes e contribuições econômicas e redistribuir tempos e tarefas por meio de técnicas e negociações políticas em casa, na comunidade e na relação com o poder público. Em *Organização da RAMA* contamos sobre processos para chegar a acordos, funcionar como grupos, grupos em rede e em aliança com outras redes, com o cuidado de envolver a todas.

¹ A Pastoral da Criança é uma iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que mobiliza voluntárias nas comunidades para acompanhar a saúde e nutrição de crianças de 0 a 6 anos.

² O Mais Médicos foi criado pelo governo federal em 2013 para ampliar a cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir a presença de médicos fora dos grandes centros e em regiões de baixa renda. Foi combatido porque envolvia um acordo entre Brasil e Cuba.

Entendemos que alguns processos não ocorrem de forma linear, como o desejo nosso e das mulheres adultas de envolver as jovens de Barra do Turvo na RAMA. Mas ainda assim valem a pena, frutificam e nos ensinam. Por fim, contamos sobre a *Comercialização*. É preciso registrar a história de uma comercialização baseada no consumo militante que reverteu a ordem desigual das coisas. Não são os consumidores que, domesticados pelo sistema alimentar industrial, dizem às agricultoras o que elas devem plantar. São as agricultoras, em co-evolução com a natureza, que oferecem produtos, texturas e sabores que estávamos a ponto de perder³.

Muitas agricultoras já nos disseram que a “minha caneta é a enxada”. Entendemos o que elas queriam dizer quando vimos como elas utilizam a enxada, bem afiada, tirando só as plantas que não querem e deixando as que estão do lado, levantando leira, fazendo munchão, com a precisão de quem escreve com uma caneta. Não queremos opor, queremos a enxada e a caneta. Por isto convidamos os grupos da RAMA a contribuir na escrita desta publicação, em sua última seção.

É preciso dizer que a trajetória da SOF junto à RAMA envolve inúmeras pessoas: as agricultoras familiares, quilombolas, suas famílias, suas comunidades, os grupos de consumo militante da Esparrama, a Marcha Mundial das Mulheres, o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), entre tantas. Agradecemos a todas elas, assim como às técnicas que integraram a equipe da SOF em algum momento de nossa atuação na Barra do Turvo e junto a RAMA: Ilma Miura, Gláucia Marques, Helen Souza, Natália Watanabe, Vivian Franco, Yasmim Schibata. Agradecemos a Rosana Miranda, que nos ajuda a colocar os pés no chão, e a Christine Verschuur por plantar a semente de nossa parceria com EFI e cuidar com carinho desta árvore frondosa que nos abriga.

Esperamos que estas pessoas, movimentos, coletivos e organizações parceiras – e tantas outras que encontraremos pelos caminhos – sejam afetuosamente tocadas por nossos aprendizados na construção e fortalecimento de grupos de mulheres, sua organização e suas alianças.

As Semprevivas

³ Nas ofertas da RAMA há pelo menos cinco frutas identificadas como ameaçadas de extinção pela Arca do Gosto. (Weitzman, Schotz e Pacheco, 2021)

A construção política da RAMA

A RAMA nasceu no Vale do Ribeira. É organizada por mulheres que habitam o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica do Brasil, constituído historicamente por comunidades quilombolas, indígenas, caiçaras e caboclas que, há gerações, sustentam modos de vida integrados com a natureza. Apesar disso, enfrentam restrições impostas por políticas ambientais que criminalizam suas práticas ancestrais, e são frequentemente colocadas como “inimigas do meio ambiente”.

Dentro deste “mundo” que é o Vale, a RAMA está mais especificamente na Barra do Turvo, um município com grande parte de sua área inserida em unidades de conservação: dois Parques Estaduais, três Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e três Áreas de Proteção Ambiental (APA), que juntos correspondem a mais de 70% de sua extensão.

Apesar do conservacionismo – essa ideia de que a natureza se preserva sem gente – e da ameaça

permanente da construção de barragens e outros megaprojetos, os povos do Vale têm uma luta histórica de defesa de seu território e seus modos de vida, contra a expansão desse modelo predador. A luta das comunidades pelo afastamento de parques sobrepostos a seus territórios foi o que levou à criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC) em 2008. Antes disso, todas as áreas protegidas eram consideradas parques estaduais, com restrições muito mais severas. Com o MOJAC, a maior parte do território foi recategorizada e as comunidades conquistaram maior liberdade para praticar sua agricultura.

Essa história ambiental fez com que a agroecologia fosse assumida como bandeira de luta pelos movimentos e comunidades da região, que se colocaram como sujeitos do movimento agroecológico e elaboraram uma forma própria de fazer agroecologia, em diálogo com sua maneira ancestral de realizar a agricultura tradicional.



O Rio da Vida da RAMA

A história da RAMA está inserida na história do seu território. Foi assim que as agricultoras pensaram a construção de um rio da vida da sua organização.

Por volta de 1915, um documento encontrado no cartório de Iporanga registra a presença das famílias que fundariam o Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca. O território era organizado pelos caminhos das águas. As pessoas se deslocavam por trilhas e rios, de canoa, a pé ou a cavalo. As mulheres lembram que os rios eram largos e fundos, que havia água para todos os lados, e que a vida era marcada pelo trabalho coletivo e pelas festas depois do “puxirão”.

Durante o exercício do *Rio da Vida da RAMA*, uma agricultora fez questão de dizer que, quando se conta a história do quilombo, apenas os ancestrais masculinos são citados como fundadores: Benedito de Paula e Miguel de Pontes. No entanto, diz ela, o território foi de fato inaugurado só quando as mulheres vieram. Os homens já trabalhavam no espaço, mas foi a decisão de Maria e Josefa Xavier da Rocha, duas irmãs com quem eles eram casados, de se fixar ali que gerou a comunidade. Essa reflexão levantou, entre as mulheres, a constatação de que elas nunca viram “nome de rua” nem de nada importante com nome de mulher, e que os sobrenomes femininos se perdiam com o casamento.

Reflexões coletivas como estas, por vezes, viram também ação coletiva. As mulheres do Grupo Esperança, por exemplo, fizeram uma cerimônia simbólica para nomear uma das ruas de seu bairro com o nome de Rosa Galdino, companheira que esteve à frente de muitas lutas populares em Barra do Turvo, mas quase nunca é lembrada.

As décadas de 1950, 60 e 70 são marcadas pela chegada do dito “desenvolvimento” em Barra do Turvo. Chegaram as estradas asfaltadas, a BR 116, as unidades de conservação, empresas de mineração, agronegócio e, com tudo isso, a criminalização e o assédio sobre as comunidades. É um período marcado também por resistências, em condições muito difíceis e desiguais, considerando que o Brasil vivia um regime autoritário, a ditadura militar.



No período da redemocratização, na década de 1990, a presença de movimentos sociais se fortalece: são formados sindicatos, se consolidam as organizações da igreja católica ligadas à Teologia da Libertação, surgem com mais força as lutas das comunidades negras rurais – que passam a se identificar como quilombolas – , ganha força a luta contra barragens e megaempreendimentos na região. A agroecologia se afirma como alternativa a este modelo de desenvolvimento com o qual as comunidades não concordam. As lutas desse período se estendem pelo início dos anos 2000. Também é neste período que as lideranças mulheres começam a ganhar mais protagonismo e autonomia em espaços de luta, como as associações de bairro, e que começa o processo de reconhecimento dos territórios quilombolas.

A RAMA é filha de todo este processo e não pode ser entendida fora dele. Em 2015, a SOF chega ao território da Barra do Turvo para realizar trabalhos com as mulheres. É o início do processo de construção que vai dar origem à RAMA, a partir da formação de grupos de mulheres agricultoras nas diferentes comunidades, articulando agroecologia, feminismo e autonomia econômica.

Em 2016, começaram as entregas da RAMA para os Grupos de Consumo Responsável de São Paulo, um canal de comercialização direta entre as agricultoras e consumidores comprometidos com a agroecologia. É um marco importante na história da RAMA porque esta rede, que depois veio a se chamar Esparrama, foi fundamental para a construção da autonomia econômica das mulheres e para a construção de alianças entre campo e cidade. Em 2017 foi realizado o primeiro intercâmbio dos consumidores de São Paulo na Barra do Turvo. Desde então estes intercâmbios acontecem anualmente, sempre no feriado de Corpus Christi. São espaços de construção de vínculo, de confiança, debates políticos e fortalecimento da rede de comercialização.

Em 2019 aconteceu um grande marco. Em uma assembleia cheia de mulheres, elas decidiram coletivamente se nomear RAMA. A história é contada assim no caderno de princípios e acordos da rede:



"Em 2019 nos nomeamos RAMA, como a rama de uma diversidade de plantas que cultivamos e que nos representa, em especial nos identificamos com a rama da batata doce que traz à memória de cada variedade cultivada por nossas antepassadas. Somos como a rama da batata doce que, plantada cada qual a sua forma, em uma roda, em coroa, em leira, começa a enramar, se espalha, vai tomando espaço e produz raízes que garantem o alimento. Somos rama porque somos muitas, cada vez cresce mais e vamos conquistando mais clareza e força. Rama é nosso nome, palavra que brota do chão, que do céu nos fortalece com chuvas para nossa união."



Esta assembleia tomou outras decisões importantes. Diferente de outras organizações agroecológicas, que proíbem agricultura de coivara⁴, as quilombolas da RAMA poderiam manter essa prática, que está inserida em seu modo de vida. As mulheres criadoras de búfalas poderiam continuar com essa prática, mas deveriam se atentar ao manejo agroecológico, protegendo as nascentes e cuidando bem dos animais. Essas decisões demonstram como a organização das mulheres nesse território toma sentidos contra-hegemônicos, reconhecendo a ancestralidade e com uma perspectiva antirracista de como se faz agroecologia.

Em 2020, a pandemia de Covid-19 paralisou os encontros presenciais e os mutirões, mas a RAMA continuou fazendo entregas e se reunindo virtualmente. Logo no início da pandemia a RAMA e a rede Esparrama compreenderam que o trabalho realizado pelas redes, de distribuição de comida saudável a um preço baixo, era essencial em um contexto de crise sanitária e econômica.

Por isso, as entregas de alimentos continuaram e até se intensificaram, pela aproximação de campanhas de doação de alimentos, que naquele momento estavam mobilizando grandes quantidades de comida. Em 2021, com a chegada da vacina, a vida coletiva foi retomada: a partir de dezembro, as mulheres voltaram a fazer mutirão, "graças à vacina", como registraram no *Rio da Vida da RAMA*.

Alguns destes laços permaneceram após a pandemia, se convertendo em novos grupos de consumo. Foi naquele momento que iniciou-se a parceria com o Cultural Monte Kemel, em São Paulo, local onde ocorrem as entregas dos alimentos da RAMA para a Rede Esparrama até hoje.

Nos anos recentes, a RAMA amadureceu mais e mais como organização, com o despontar de novas lideranças e maior autonomia em processos que antes eram muito acompanhados pela SOF. Desafios antigos foram superados e novos desafios surgiram, como os que advém do processo de formalização, da participação em mais e mais eventos com falas públicas e das contra ofensivas que as organizações de mulheres sempre sofrem quando ganham corpo e desafiam as formas patriarcais de organização da vida.

Grupos que compõe a RAMA e os respectivos bairros :

Grupos da RAMA	Bairros
Esperança	Bela Vista
Mulheres do Rio Vermelho	Rio Vermelho
Girassóis do Vale	Divisa e São Pedrinho
Mulheres do Cedro	Quilombo Cedro
Raízes	Quilombo Ribeirão Grande
Rochas	Quilombo Terra Seca
Perobas	Quilombo Terra Seca
Mulheres do Reginaldo	Quilombo Reginaldo
Rosas do Vale	Córrego da Onça e Córrego do Franco
Margaridas	Indaiatuba

Ao longo da história muitos grupos construíram a Esparrama. Hoje ela é composta por 11 coletivos: Bloco Fuá, CAUS, Cooperativa Mista de Produção e Consumo Rural-Urbana (CRU), Espaço Cultural Monte Kemel, Feminismo e Agroecologia, GCR Registro, NEAES campus São Paulo do IFSP, IFSP São Miguel Paulista, Ponto de Ecosol, Rede pontinhos, Quebrada Orgânica.

⁴ Coivara é um sistema agrícola tradicional com manejo da vegetação e fogo controlado para o cultivo de alimentos.

Como funcionam a Rama e a Esparrama

Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras da Barra do Turvo

RAMA

Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras



Aproximadamente
10 grupos e 80 mulheres

semestral



Assembleia

Espaço máximo de decisão.
Define princípios políticos e
prioridades da rede.

trimestral



Conselho

Representantes dos grupos com
mandato temporário e renovável.
Espaço operativo que encaminha
decisões da assembleia.

mensais



Mutirões da RAMA

Trabalho coletivo + reuniões.
Ajustes do dia a dia, organização
de feiras, troca de saberes.
Encontro fundamental entre
as mulheres.

periodicidade livre



Grupos nos bairros

Mutirões internos com
periodicidade livre.
Base da organização coletiva.

Rede Esparrama

Rede de grupos de consumo responsável



São Paulo e Registro

mensais



Reuniões da rede

Organização interna
relativa à logística,
qualidade dos alimentos,
melhorias no trabalho
coletivo etc.

mensal



Dia de entregas

Mutirão de recebimento
em São Paulo.
Grupos de consumo se
encontram, distribuem
alimentos e resolvem
questões do cotidiano.



RAMA e Esparrama



Intercâmbio anual · Corpus Christi

Os grupos de consumo vão à Barra do Turvo para conhecer as
mulheres agricultoras, sua produção e o contexto do Vale do Ribeira.



Assembleia conjunta RAMA + Esparrama

Decisões sobre comercialização, logística e princípios políticos.
A precificação é atualizada coletivamente.

Linha do tempo

2020



Fortalecimento da comercialização, doação de alimentos e da organização das mulheres frente à **pandemia do Covid-19**

2017



Primeiro intercâmbio dos consumidores de São Paulo na Barra do Turvo

2019



A rede de agricultoras da Barra do Turvo ganha o nome de **RAMA**

2016



Começam as entregas da RAMA para os Grupos de Consumo Responsável de São Paulo

2018



Mulheres da RAMA participam de importantes marcos do movimento agroecológico nacional: **3º Feira Nacional da Reforma Agrária e IV Encontro Nacional de Agroecologia**

2021



Retomada dos mutirões
e da organização
pós pandemia

2025



Protagonismo da
RAMA em espaços
de **construção de
movimentos e
participação em
políticas públicas**

2023



Lançamento do
filme "*Vida em
Mutirão*"

2022



Acontecem mais
**processos de formação
feminista** para
o fortalecimento
da RAMA

2024



RAMA fortalece suas
**parcerias com outras
organizações**, como o
SESC Registro

Construindo a defesa do território

Como dissemos nas seções anteriores deste texto, ao longo do tempo compreendemos que a defesa do território já era parte da ação política da RAMA e que este campo precisava ser ainda mais fortalecido frente a ataques constantes. Isso faz parte da metodologia da SOF: reconhecer as demandas concretas da vida das mulheres e construir estratégia e ação a partir delas.

Defender o território não é algo que se faz só quando a ameaça já está à espreita. O dia a dia da organização das mulheres, a agroecologia como projeto político e como forma de vida, o combate à violência: todas essas ações fazem com que as pessoas permaneçam no território e cuidem dele. Esta é a melhor forma de defesa quando uma ameaça externa chega.

Uma das apostas da RAMA para a formação é promover a movimentação das mulheres por territórios e espaços externos ao seu cotidiano: desde o nível do município, como nos conselhos gestores das unidades de conservação e nos espaços da prefeitura, até encontros e manifestações de nível estadual e nacional, como a Marcha das Margaridas, as manifestações no 8 de março, os encontros de agroecologia e os espaços de construção de políticas públicas federais. Essa não é uma tarefa fácil. Em comunidades marcadas pelo machismo e pelo racismo, as mulheres que assumem funções públicas enfrentam resistências dentro de casa, críticas da vizinhança e questionamentos sobre sua capacidade.

Para enfrentar este desafio, é importante que as mulheres sintam que representam um coletivo maior e que sejam respaldadas por ele. Sempre que uma mulher da RAMA vai a um espaço de representação, sua tarefa é informar às demais o que aconteceu e o que foi decidido. Quem representa a rede vai para uma reunião munida de uma posição construída com as companheiras.

A relação com o poder público é necessária e, ao mesmo tempo, carregada de desconfiança histórica. Na Barra do Turvo, há uma longa história de projetos que foram impostos pelo Estado às comunidades. Primeiro foram as unidades de conservação, durante a ditadura militar, que criminalizaram as práticas tradicionais e trataram agricultoras e quilombolas como infratoras ambientais em seus próprios territórios. Hoje, persistem programas de compensação ambiental que impõem uma forma de fazer agricultura que não dialoga com os modos de vida e que, por vezes, representam risco à autonomia das comunidades. É também com a convivência do poder público que projetos de mineração e barragens avançam pelo Vale do Ribeira.

Com o tempo e com a construção das mulheres como sujeitos políticos do território, elas passam mais e mais a incidir sobre estas disputas. Durante a pandemia de Covid-19, por exemplo, houve uma grande reivindicação das organizações quilombolas, nas quais as mulheres da RAMA estavam envolvidas, para que as comunidades continuassem a fazer agricultura de coivara sem precisar passar por todos os trâmites vinculados à Fundação Florestal que, por conta da pandemia, estavam muito dificultados. Como fruto desta luta, o governo do estado de São Paulo publicou a Resolução SIMA nº 28, que concedeu autorizações emergenciais para as roças tradicionais de coivara sem a necessidade de licença prévia.

É também a organização da RAMA que faz com que a prefeitura apoie a comercialização para a rede Esparrama, cedendo o caminhão e o motorista para fazer o transporte dos alimentos. Hoje, a atuação delas é intensa dentro dos conselhos das unidades de conservação, incidindo sobre o processo de elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Turvo (PERT). Este plano avança na Barra do Turvo em um ritmo que não é o das comunidades, que não têm conseguido participar ativamente para levar a sua perspectiva. Isso viola o direito a uma consulta livre, prévia e informada, tal como prevê a Convenção 169 da OIT. Há uma preocupação de que os planos de manejo se constituam como instrumentos para retirar o direito ao território das comunidades que historicamente cuidam deles.

Para enfrentar essa situação, as mulheres se mobilizam dentro dos conselhos, questionam a forma como o processo está sendo feito e afirmam sua própria visão sobre o território. São elas as primeiras a se colocar contra a permissão do uso de drones para aplicar herbicidas nas áreas de reflorestamento do parque, por exemplo.

Elas também mobilizam conhecimentos acumulados há gerações sobre seu próprio território para incidir sobre essa disputa. As mulheres da RAMA estiveram à frente, com o apoio da SOF, de um mapeamento autônomo do território do quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca. Nesta ocasião, caminharam por todo o território a partir da sua própria compreensão sobre quais são os seus limites: cursos d'água, topos de morro, caminhos e picadas antigas. Utilizaram um GPS para, depois, poder traduzir essa compreensão em um mapa que pode ser usado nas disputas territoriais que enfrentam, como agora, no âmbito da confecção do novo plano de manejo. É muito difícil colocar em pé de igualdade o saber das comunidades, ainda mais o das mulheres, e o saber técnico. No entanto, instrumentos como este ajudam a fazer a disputa.

A pressão que as comunidades da Barra do Turvo sentem não é um caso isolado. Ela pode ser lida dentro de um movimento mais amplo, tanto na política ambiental brasileira quanto no debate climático global, em que a expansão de unidades de conservação se tornou uma agenda estratégica de Estado. A COP-30 consolidou, entre outras medidas, o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), que cria incentivos financeiros diretos para países manterem florestas em pé, verificados por métricas externas de conservação. Esse modelo de financiamento climático, ligado ao capitalismo verde, aumenta consideravelmente a pressão pela criação e regulamentação de unidades de conservação em países como o Brasil.



Formação para a luta em defesa do território

A formação política das mulheres da RAMA não acontece separada da vida e das lutas. Ela está nos mutirões, nas assembleias, nas conversas que acontecem depois de um dia de trabalho coletivo. Está nas grandes mobilizações do movimento de mulheres, que para elas não são datas simbólicas mas momentos de aprofundamento da análise e de renovação da força coletiva. Neste tema, tivemos a sorte de que Nilce Pontes, liderança quilombola e agricultora da RAMA, já acompanhava conosco o debate ambiental em diversos espaços nacionais, como no grupo Carta de Belém, e em espaços internacionais. Em confluência com as elaborações já trabalhadas por ela, contribuimos para internalizar esta discussão entre as mulheres, inclusive (re)aproximando as quilombolas e as agricultoras. Na luta pelo afastamento do parque, elas estavam todas juntas. Depois passaram a atuar separadas, nos diferentes conselhos das reservas de desenvolvimento sustentável e das áreas de proteção ambiental.

Parte da metodologia da SOF é fazer processos de formação com a RAMA em territórios que estão em luta. Em 2019, fizemos um curso na Juréia, também no Vale do Ribeira, onde famílias caiçaras tiveram suas casas demolidas pela Fundação Florestal. É um território com uma larga trajetória de disputas, que chegaram no nível desta ação truculenta do Estado. Na época, a comunidade estava organizando um acampamento para resistir contra o despejo, e fez um chamado a aliados para se juntarem. Por isso, organizamos a escola de formação no acampamento.

Esta experiência explicitou algo já sabido pelos movimentos sociais: a vivência de contextos de luta é muito formadora por si só, possibilita reflexões novas e em uma profundidade maior. O exercício da solidariedade com outros povos sob ameaça e a possibilidade de sentir a resistência por dentro provocam impactos formativos que não são alcançados de outra forma. Buscamos replicar esta experiência depois, organizando o curso *Sementeira Feminista* em Iporanga, nas imediações do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), que estava sob ameaça de privatização.

De tempos em tempos, as agricultoras do Vale também participam de calendários de luta mais periódicos, como o 8 de março, a Marcha das Margaridas e os Encontros Nacionais de Agroecologia. São processos que começam meses antes, em reuniões locais de preparação e em discussões sobre as pautas dos encontros. Isso proporciona às mulheres o senso de importância da construção dos processos políticos.

Os intercâmbios a convite de outras organizações também são espaços importantes de luta e resistência. Em 2019, agricultoras da RAMA viajaram para o Acre, para um evento organizado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e pelo World Rainforest Movement (WRM). Lá, mulheres acreanas contaram como os projetos de crédito de carbono estavam mudando a vida das comunidades: com contratos de trinta, cinquenta, até noventa e nove anos restringiam o uso da terra, tiravam autonomia e proibiam os modos de vida, em troca de uma pequena remuneração provisória.

De volta à Barra do Turvo, as três mulheres que participaram do intercâmbio trouxeram muitas reflexões para as companheiras. Três anos depois, em 2022, projetos de compensação ambiental que chegaram ao Vale do Ribeira tinham uma lógica familiar. A viagem ao Acre havia se tornado, sem que se soubesse na época, um processo de formação que as preparou para reconhecer e nomear uma ameaça.

A relação das mulheres da RAMA com os projetos de compensação ambiental não é simples nem homogênea. Parte delas participa de iniciativas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), que representam uma fonte de renda relevante em um contexto de crise econômica e de ausência histórica de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar da região. Outras se posicionam contra, afirmando em rodas de conversa que trabalhar nesses projetos equivaleria a “continuar sendo mão de obra escrava” do sistema, restaurando a natureza em condições precárias de trabalho para possibilitar o “direito” de outros seguirem a destruí-la.

O importante é que, por conta dos processos de formação, a crítica permanece viva mesmo entre as que participam dos projetos: questionam-se as cláusulas dos contratos, a falta de transparência sobre quem financia e o que está sendo compensado, o enquadramento que esses projetos fazem do território e a ausência de uma consulta verdadeira às comunidades.



Um lugar onde vale a pena viver

Para defender o território é preciso construir, desde dentro, condições para que as mulheres queiram e possam continuar ali. Uma comunidade que se esvazia, que vê as filhas e os filhos partirem para a cidade sem horizonte de retorno, é uma comunidade mais vulnerável ao que quer chegue com uma promessa de mudança. A defesa mais duradoura do território é fazer dele um lugar onde vale a pena viver.

Na RAMA, as mulheres cultivam isso em várias frentes. Uma delas é a construção da sua autonomia econômica, passando principalmente por relações econômicas não mercantis. Nesse sentido, a Rede Esparrama e outros espaços de comercialização, como os mercados institucionais, são fundamentais. Eles garantem que as mulheres possam produzir segundo sua própria lógica e vontade, pagando um preço justo pelo trabalho delas e fortalecendo a continuidade dos modos de vida.

As mulheres têm princípios que orientam a produção e sua relação com os mercados, e isso está no coração dos combinados da RAMA: "Nossa produção tem como primeiro destino nossa alimentação ou da família com quem moramos. Nunca tirar da mesa para vender." As agricultoras fazem uma comercialização que contribui para a soberania alimentar. Vendem o excedente de

uma produção que, primeiro, garante a alimentação das famílias e da comunidade.

Outra iniciativa importante foi a construção de redes comunitárias de internet, no Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca. Em muitos bairros da Barra do Turvo, assim como na maior parte dos espaços rurais do Brasil, não há conexão de internet ou ela é de muito baixa qualidade. Isso afeta a vida de jovens que precisam da internet para estudar, trabalhar e manter conexões sociais. Também afeta a vida de todas as pessoas, em um mundo cada vez mais conectado, em que a internet é necessária até para se habilitar a receber benefícios sociais do governo.

As redes comunitárias são formas coletivas de acesso à internet, em que a comunidade tem domínio e autonomia sobre sua própria infraestrutura. Com elas o custo financeiro é muito menor, porque é possível dividir o mesmo "sinal" de rede entre várias casas. Assim, as pessoas têm conexão de forma barata, em um processo formativo sobre o que é a internet, como funciona sua infraestrutura e quais são os principais cuidados de segurança digital. Nas oficinas de construção da rede, conversamos mais amplamente sobre o que é tecnologia, construindo a ideia de que as tecnologias ancestrais usadas na agricultura são tecnologia tanto quanto as digitais. Assim quebramos hierarquias de conhecimento e aproximamos as mulheres não só do uso mas também da construção tecnológica.

O enfrentamento à violência contra as mulheres também é central para a permanência no território. Mulheres em situação de violência têm menos mobilidade, menos autonomia, menos condições de participar politicamente ou de tomar decisões sobre sua produção e sobre a própria vida. Por isso, a RAMA se compromete explicitamente, em seus combinados, a acolher aquelas que vivem situações de violência, buscando envolvê-las no grupo mesmo quando elas não têm produção própria ou têm dificuldades para sair de casa. No grupo a palavra das mulheres tem valor, é um espaço onde as companheiras as levam a sério. Ao longo do acompanhamento da rede, quando as mulheres pararam para avaliar o percurso e analisaram o problema da violência, buscaram juntas maneiras de falar sobre o assunto, de se cuidar e de se recompor.

A inclusão das jovens na organização é outro tema central para a permanência. Em territórios onde a migração para as cidades é uma pressão constante, é fundamental garantir que as filhas das agricultoras se vejam como parte da rede, que encontrem nela um horizonte de vida possível e digno. Alcançar isso é um grande desafio.

Adentrando nossas escolhas metodológicas

As escolhas metodológicas da SOF não são apenas ferramentas técnicas de um projeto. São expressões de intencionalidade política, de como entendemos a construção coletiva e dos valores que orientam nossa prática. Falar sobre escolhas metodológicas significa tornar visível o trabalho, o pensamento e a preparação realizados nos bastidores de qualquer organização e reconhecer que a construção coletiva não é um processo linear ou espontâneo. É produto de decisões deliberadas sobre como agir, como se relacionar e como aprender juntas. Explicitar essas escolhas é um ato de transparência e educação política: permite que outras organizações, movimentos e mulheres aprendam com nossos acertos e também com nossas encruzilhadas, compreendendo que há múltiplos caminhos possíveis e que cada contexto exige suas próprias respostas.

Os quatro eixos deste projeto são inseparáveis e informam uns aos outros constantemente. Uma mulher que participa de um processo de formação feminista pode adquirir ferramentas para pensar criticamente sobre o sistema alimentar industrial e para fazer escolhas na sua produção agroecológica. As práticas agroecológicas, por sua vez, fortalecem a defesa do território ao oferecer modos de vida que não dependem de grandes empresas e ampliam a capacidade de permanecer no campo. A defesa do território, quando enraizada na autonomia e na organização coletiva, torna-se mais robusta e menos vulnerável a divisões ou cooptação.

Explicitar as escolhas metodológicas também significa honrar o conhecimento das mulheres agricultoras e quilombolas que co-constroem este projeto. As metodologias aqui apresentadas buscam validar esse saber, documentá-lo e entrelaçá-lo com ferramentas

de análise e reflexão que permitam às mulheres uma apropriação ainda maior de seus próprios processos.

Em nossa atuação nos territórios constatamos, pela observação e pelos relatos das mulheres, que outras organizações chegam ao território com propostas dadas por suas capacidades instaladas e cálculos econômicos. Há organizações que trabalham com formação, mas iniciam um projeto se houver uma turma de pelo menos 12 participantes. Este número 12, bastante recorrente, pode inviabilizar a realização de formações em bairros com menor organização e mesmo com menor população, condenando-os ao isolamento e muitas vezes funcionando como mais um mecanismo de expulsão da população do campo. O prazo de realização dos projetos e a expectativa de resultados mensuráveis em tempos curtos é outra forma de exclusão das mulheres que vivem em bairros menos organizados e não dá conta da intermitência da participação.

Por outro lado, buscamos organizar nosso trabalho a partir das necessidades e elaborações das mulheres. Em um de nossos primeiros encontros com o grupo As Perobas, da RAMA, uma agricultora deixou claro que nem precisávamos ficar ali se nossa pretensão era ensinar as agricultoras a plantar “da forma correta”, como faz a maior parte dos serviços de ATER. Elas tinham interesse na parceria caso pudessemos atuar no campo da comercialização e da viabilização da venda dos seus produtos. Foi este chamado que iniciou a consolidação da rede Esparrama e todo o trabalho da comercialização. Assumimos o trabalho da SOF com a RAMA como um compromisso, a partir de uma agricultora que nos interpelou, perguntando se o que fazíamos ali era “trabalho ou compromisso”.



Onde as mulheres estão, o que elas fazem, quais suas necessidades?

No começo da atuação da SOF, nossas conversas com as agricultoras aconteceram durante atividades cotidianas em que nos somamos: pendurar a roupa no varal, preparar a refeição. O tempo de sentar-se à mesa para conversar foi uma primeira conquista. A seguinte foi reunir-se no próprio bairro, ainda com os horários delimitados pelas responsabilidades domésticas. As mulheres deveriam estar de volta à casa quando os filhos chegassem da escola, o jantar deveria estar pronto quando o marido estivesse de volta. Começar onde as mulheres já estão, em atividades consideradas femininas, é um jeito de chegar às mulheres mais invisíveis para as ações governamentais de “inserção produtiva”. É romper as separações entre os papéis de mãe e de agricultora, entre o social e o econômico. Quando as agricultoras da RAMA dizem que “quebraram uma parede” estão se referindo a tudo isso e, simbolicamente, à dureza do enfrentamento a que se propuseram coletivamente.

As mulheres acompanham os tempos da vida

A economia feminista coincide com o feminismo negro na ideia de que quando os ciclos vida-morte são compreendidos em termos de gerações – e não de forma individual – conseguimos entender melhor os sentidos de nosso trabalho. Quando a SOF chegou à Barra do Turvo, havia agroflorestas formadas há 20 anos no âmbito da Cooperafloresta, que por sua vez as agricultoras relacionavam aos quintais, pomares, e florestas de suas ancestrais. Entre os produtos comercializados pela RAMA, frutas cítricas e frutas como abacate ou cambuci eram plantados há muito tempo. Alimentaram famílias em épocas de necessidade. Hoje, respondem por parte importante das vendas na época da colheita.

Em algumas organizações de agricultores e agricultoras, a regra é que se as pessoas faltam aos mutirões são excluídas de suas atividades, como comercializar. Em um quilombo de outra região onde a SOF atuou, as mulheres comentaram que os mutirões pararam de acontecer porque algumas pessoas faltavam. Se quebrou o círculo da reciprocidade. “Se você não veio ao meu mutirão, não tenho porque ir ao seu.”

As mulheres faltam a compromissos porque alguém da família adoece, porque não têm com quem deixar pessoas dependentes sob sua responsabilidade, porque se sentem inseguras para fazer algum trajeto sozinhas. Esses e outros motivos têm origem comum: o patriarcado. Então não se trata de responsabilizar as mulheres individualmente por suas faltas, mas de entender as condições estruturais e buscar revertê-las coletivamente. Na RAMA, o compromisso mensal com o mutirão é do grupo. No grupo se organizam para estar, ao menos, uma ou várias. Assim aumentam as possibilidades de participação e a cadeia de reciprocidade não se rompe.

Os ciclos longos acolhem descontinuidades. Durante a pandemia, identificamos que muitas mulheres rurais passaram a cuidar de outras pessoas e entendemos que o campo funciona como uma reserva de

cuidados⁵. Em outros momentos, este processo se dá com as mulheres rurais trabalhando nos serviços domésticos e de cuidados, de forma remunerada ou não. A maioria das jovens vai para a cidade quando termina o Ensino Médio. Muitas não voltam definitivamente, mas voltam nas festas e se mantêm em grupos de *whatsapp* e redes de conexão com o território. Organizamos ações com as jovens, integramos suas demandas em planejamentos, mas conseguimos interferir muito pouco nestes ciclos. Com envolvimento e aprendizado para jovens e mulheres adultas, inserimos grupos da RAMA na dinâmica das redes comunitárias, ampliando o respeito por elas em toda a comunidade. Como relata um jovem no vídeo *Cultivando uma rede comunitária no quilombo Ribeirão Grande – Terra Seca*: “agora temos comunicação com o mundo inteiro. As meninas conseguiram fazer isto”.

Os tempos da vida são intergeracionais. Como pensar o trabalho conjunto no ritmo em que caibam todas? No filme *Vida em mutirão*, uma agricultora conta que já está em uma fase da vida em que se “acumularam muitas dores”. Às vezes ela pensa “eu tô um trapo, o que eu vou fazer lá”? Mas sempre tem algo para se fazer e ela termina o dia se sentindo melhor. Outras levam crianças pequenas, que se envolvem na atividade mas demandam atenção, o que pode ser motivo de distração. Outras ainda percebem o resultado do mutirão pelo tamanho da área carpida. A pressão pelo resultado pode vir de situações concretas, como o endividamento e a necessidade de fazer dinheiro. Estas percepções diferentes são marcadas por classe e raça. Na RAMA, as negociações foram se dando no processo de trabalho. A formulação a que as agricultoras chegaram foi a do respeito ao costume e à expectativa da mulher e do grupo que recebe o mutirão. Isto é importante, sobretudo para mulheres que vivem arranjos familiares sem homens adultos. Elas contam que é muito difícil que homens, quando participam de um mutirão, respeitem suas vontades. “Eles passam a roçadeira sem olhar o que estão cortando.”



⁵ MASCHERONI, Paola; QUARANTA, Germán; PERROTA, Valentina; PINEDA, Javier; VALDÉS SUBERCASEAUX, Ximena; FARAH Q., María Adelaida; NOBRE, Miriam. **Trabajo agrario y ruralidades en transformación: ruralidad(es) y cuidados**. Buenos Aires: CLACSO, 2022. n. 7. (Boletines de Grupos de Trabajo). ISBN 978-987-813-369-0. Disponível em: https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2022/12/V1_Trabajo-agrario-y-ruralidades_N7-1.pdf. Acesso em: 3 jun. 2026.

Mulheres auto-organizadas em alianças

As relações entre mulheres e homens são interpessoais e sociais e são relações de poder. Os homens, como grupo social, têm mais poder do que as mulheres para decidir sobre o manejo da produção familiar: o que e quando plantar, o que e quando vender, em que e como investir. Eles também se beneficiam do trabalho doméstico e de cuidados majoritariamente realizado por elas, o que se manifesta no controle sobre seu tempo. Como dito antes, a SOF levou um tempo entre as visitas técnicas a cada mulher em sua casa e a possibilidade delas participarem em reunião. Uma vez, a reunião esteve tão boa que as mulheres se esqueceram do tempo e chegaram em casa depois de seus maridos. O conflito ficou evidente e teve que ser trabalhado. Quando perguntada se seu marido havia mudado, uma agricultora respondeu, depois de pensar um pouco: “eu mudei, e aí ele teve que mudar também”.

Relações de privilégio têm diferentes graus de intensidade, até o ponto em que um é sujeito e o outro, objeto. Objeto que vive em função dos desejos do sujeito, ao ponto de antecipar estes desejos. As relações de privilégio de classe, raça, gênero são tão naturalizadas que passam despercebidas. O fato de os conflitos não serem aparentes ou não se manifestarem, no entanto, não quer dizer que não existam. Apenas que estão sufocados. Relações de privilégio não são mudadas de fora, porque sua superação só é possível se quem está na posição de objeto tornar-se sujeito. Por isso as mulheres da RAMA gostam de cantar juntas e conversar sobre os versos: “cansei de ser domesticada, quero andar com os próprios pés”.⁶

A primeira instância é o grupo de base enraizado no território. Não é obrigatório que seja um grupo por bairro. Em um dos quilombos existem dois grupos, reunindo as mulheres por proximidade. Nos acordos e combinados, o grupo precisa ter pelo menos três mulheres. Não há restrições se elas são da mesma família, o que é mais perto da realidade das mulheres – isso é diferente de outras redes de economia solidária. Os grupos

⁶Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=V27Y3n2ZFvA&list=RDV27Y3n2ZFvA&start_radio=1

se reúnem na rede, que é uma das poucas do país composta por agricultoras familiares e quilombolas. É mais comum que as quilombolas se reúnam somente em associações e redes específicas.

Mulheres lideranças de bairros rurais e dos quilombos lembram do tempo em que se juntavam nas comunidades eclesiais de base e lutaram contra a sobreposição do parque (uma unidade de conservação) sobre suas áreas de moradia e cultivo. Passada a conquista para que o parque se tornasse um mosaico de unidades de conservação, o MOJAC, cada qual com seus espaços de participação social, se sentiram separadas e mais frágeis. Outras denominações religiosas cresceram, causando outras separações.

Havia a vontade de recompor, então a mistura deu liga. É uma mistura que aprende das experiências anteriores: acordos por escrito, reza para espantar os bichos peçonhentos antes do mutirão, somar-se nas reivindicações de cada bairro por condições de viver bem. Mas é uma mistura atravessada por diferentes tempos e condições. Precisa de muita conversa e trabalho conjunto, de forma permanente, para renovar seu sentido de existência.

A RAMA começou tecendo alianças para fora, com os grupos de consumo responsável. E obrigou esses grupos a se estruturarem em rede – com a Esparrama – e a se politizar. Por isso, se renomearam como grupos de consumo militante. Materiais sobre a RAMA, como o filme *Vida em mutirão*, a reportagem

Mulheres plantam diversidade e colhem alimentos saudáveis a preços justos, do portal O Joio e o Trigo, e o mapa de experiências da Articulação Nacional de Agroecologia, colocaram a rede no radar e elas passaram a ser convidadas para muitas atividades. Elas provocaram mudanças.

Em debate sobre o *Vida em mutirão* em uma universidade na periferia de São Paulo, uma estudante negra se espantou que uma agricultora negra se reconhecesse como feminista. Para ela o feminismo era algo de mulheres brancas e de classe média. Em outra conversa com mulheres negras, elas se espantaram que feministas se preocupassem com comida.

As mulheres da RAMA já tinham rodado o mundo – Acre, Brasília, Pernambuco, Moçambique, França e Suíça – quando começaram a se perguntar por que eram mais reconhecidas fora do que em sua própria cidade. Já haviam se reunido com representantes da prefeitura para demandar o apoio à comercialização e, a cada ano, apresentar os resultados e avaliar o processo. Mas teve um momento em que identificaram que o reconhecimento local era importante e traçaram estratégias para conquistá-lo. Este passo foi concomitante com a abertura a outras agendas: a condição das estradas vicinais, o transporte escolar, as políticas públicas de apoio à agricultura familiar. A RAMA, assim como a SOF, entende que o feminismo é sobre tudo e qualquer coisa que importa para as mulheres.





Formação em movimento

A formação feminista orienta toda ação da SOF. Constituímos grupos em cada atividade e no processo, grupos horizontais em que a palavra circula, em que cada uma tem algo para contribuir, em que as pessoas não se fixam em posições, se movimentam. Cada reunião é pensada como uma atividade de formação, o café das boas vindas como um momento de chegada e de partilha do que cada uma trouxe. Os assuntos são anotados para que todas tenham presente o que será tratado.

Quando as conversas bilaterais estão ruidosas, paramos e propomos um cochicho, oficializamos a balbúrdia e envolvemos todas na vontade de conversas com quem está próxima, para entender melhor o que está sendo tratado. O assunto volta no grupo grande. Ao final de cada ponto, retomamos o que foi combinado e por escrito. Durante a reunião, elas já vão fotografando as decisões e compartilhando no grupo de *whatsapp* da RAMA em que estão quase todas. A vontade é que, ao final da reunião, todas saibam o que foi decidido e estejam confortáveis com isto. Pode ser que o mesmo assunto volte na próxima reunião e na outra, até conseguirmos chegar a um acordo que funcione por um tempo. A parte da tarde dos mutirões é também momento de conversa e acordos, que em

geral fluem com mais rapidez. O trabalho comum funciona como cochicho prévio, saber o que cada uma está passando, organizar algumas ideias.

Em cada um destes momentos, organizamos as ideias sobre as formas das mulheres fazerem agricultura, se relacionarem com o território, renovarem conhecimentos ancestrais. É como diz a canção: “organizar a rebeldia”. Estas ideias se plasmaram em textos, poemas, vídeos, *podcast*, com os quais fomos apreendendo a ampliação da linguagem, pondo corpo na voz.

Fala, corpo e violência

“Eu saio muito inspirada, com força de buscar mais força”. Este é um verso do poema coletivo *Sementeira Feminista*, escrito com frases que as participantes do curso de mesmo nome utilizaram na avaliação do primeiro módulo. A costura das falas de cada uma tocou a todas porque cada uma podia se perceber em sua singularidade.

Muitas agricultoras da RAMA ressaltam, como resultado da atuação conjunta com a SOF, o fato de terem perdido a vergonha de falar. Falar nas relações interpessoais, dar sua opinião em uma reunião, representar a rede em eventos públicos. Uma expressão disto é o vídeo *Vida em mutirão*, construído a partir das falas das próprias mulheres. A escolha foi não ter uma narradora que conta a história, dando-lhe unidade, mas compor a partir de uma costura de falas que recobrem diferentes aspectos, de modo a que o “como se faz” foi uma expressão do que o filme discute: o trabalho comum no mutirão. A voz pública foi sendo trabalhada aos poucos, por exemplo, com entrevistas ou gravação de vídeos feita em duplas.

Em oficinas públicas, como as organizadas pelo SESC de Registro, todos os grupos se revezaram na representação. O tema de cada oficina foi o que as mulheres do grupo gostariam de contar. Elas se animaram a falar sobre milho crioulo, cará e inhame, plantas que curam, cuidado com os animais. Não foi o SESC que definiu o assunto. Esta inversão mostrou que as mulheres têm muito que dizer, confrontando-as com uma autoimagem marcada por estigmas de que falam demais ou falam de assuntos sem importância. Também juntas, aprendemos a falar de maneira a ser compreendidas.

Em cada atividade de formação, faz parte dos combinados escutar com atenção. Quando escutamos de ouvidos abertos, acolhendo aquilo que está sendo falado, podemos sentir com o corpo todo. A gente se permite ser transformada pelo que a companheira está falando. Quem está falando sente isso também. A gente se sente valorizada. “Quando eu valorizo uma companheira, por escutar o que ela tem pra dizer, eu me valorizo também.”

Por isto não falamos em dar voz, mas em apropriar-nos do nosso corpo. Assim, com os pés firmes no chão, nossa voz ecoa mais forte. Voz é corpo. A atenção ao corpo está sempre presente em dinâmicas que começam pela auto percepção, com auto massagens ou alongamentos. As mulheres se juntam em duplas, trios, progressivamente até cirandas e círculos de massagem.



Quando o sono chega ou parece difícil continuar um assunto, paramos, levantamos, mexemos o corpo, recomeçamos. Na oficina *Corpo-território*, registramos como vivíamos os conflitos no território em diferentes partes do corpo, desenhado em uma silhueta. A infestação de caramujo ou de formiga dá preocupação na cabeça, a geada dói no coração, o veneno (agrotóxico) afeta a cabeça, o pulmão e o fígado.

Em outro momento, quando debatíamos economia verde, elas nos contaram que em reuniões com órgãos públicos, com tantos documentos e termos técnicos, muitas vezes sentiam primeiro na boca do estômago que algo estava errado. Só que às vezes, justo porque é no corpo que sentimos o impacto das violências, nos distanciamos das sensações para sentir menos dor. Então temos que fazer caminhos para nos reconectar. Colocar de lado o que internalizamos como corpo feminino e projetar os conflitos com nossos corpos em situações em que podemos trabalhar como grupo, de forma criativa e espontânea.

Na *Escola de Formação Feminismo e Agroecologia*, propusemos a história coletiva. As participantes sentadas em roda, uma por uma, narraram os episódios da vida de uma personagem (uma mulher contou onde ela nasceu e como era sua família, a próxima contou um pouco sobre sua adolescência, e assim sucessivamente). Elas disseram sobre como colocaram muito delas mesmas em seus momentos de criação: “chegou em mim bem na minha idade e eu lembrei do que passei. Acho que todo mundo, né. A Vitória (*a personagem criada*) tem um pouco de todas nós”. Através dos acontecimentos da vida desta mulher, discutimos as formas que operam na vida das mulheres, cotidianamente, o controle sobre os corpos e a sexualidade, o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Por exemplo, as mais jovens contaram que controlam seu ciclo menstrual por meio de aplicativos de celular, mas que não entendem muito bem como o ciclo de fato funciona. Pediram para saber mais. Chamou a atenção que, nestes assuntos do corpo, não basta aprender os conteúdos porque eles podem ser separados, dissociados da vida.

No curso *Sementeira Feminista*, no primeiro módulo, usamos como meio de projeção as plantas medicinais. Pedimos que cada participante trouxesse uma planta que gostam, que marcou sua história, que posicionasse esta planta na parte do corpo de uma silhueta desenhada e compartilhassem sua história. Elas contaram sobre cultivos, locais onde nascem espontâneas e usos destas plantas, que são um socorro imediato e acessível nas comunidades e um saber das mais velhas. Junto com as plantas vieram as muitas dores que marcam nossas vivências. A facilitadora deste momento do curso perguntou: e para o prazer? Existem plantas para o prazer? A primeira resposta foi o prazer dos homens e, de forma restrita, na ereção. Então a conversa foi se ampliando para o prazer das mulheres, para o corpo das mulheres, para a não objetificação do corpo das mulheres, em especial das mulheres negras, que eram a maioria das participantes. Durante o curso, nadamos no rio Betari. Na conversa, uma quilombola contou que achou bonito todas se divertindo, confortáveis com seus corpos, num ambiente acolhedor composto apenas por mulheres. Ou seja, reconectar-se com o corpo implica vivê-lo de outra maneira, desfrutá-lo longe de olhares de julgamento, de padrões. Afirmar a beleza do corpo que trabalha é libertador.

O patriarcado constrange, impõe padrões, e a violência contra as mulheres é o instrumento. O processo da *Sementeira Feminista* foi pensado para dialogar com uma preocupação das mulheres da RAMA: a violência contra as mulheres, que foi um assunto desde as primeiras reuniões. Nos grupos, sempre houve cuidado para que as mulheres vivenciando violências continuassem participando, comercializando nem que fosse um macinho de folha para chá, vindo nas reuniões. Nem que fosse para ter alguém que as escutasse. Nos primeiros anos, uma agricultora contou a mudança profunda: “lá em casa agora não voa mais panela”. Ainda assim as lideranças compartilhavam uma sensação de impotência, de não conseguir que suas companheiras sássem de relações violentas e permanecessem fora delas.

Na *Sementeira* organizamos frases que relatam situações de violência e pedimos que cada participante escolhesse uma delas. Em grupos, elas conversaram sobre as frases e sobre por que as escolheram. Cada grupo selecionou uma frase para conversar mais e para pensar o que fazer para que isso não aconteça mais. As frases aproximavam a violência do cotidiano. Um grupo escolheu a frase “não gosto de andar na BR (rodovia federal) porque os homens mexem com a gente, buzina, me dá medo”. Uma das mulheres

relatou que quando tinha 18 anos sofreu uma tentativa de sequestro andando pela BR. As pessoas a princípio não acreditaram. Ela só foi levada a sério depois que outras tentativas aconteceram na região. A solução desenvolvida pelas mulheres foi sempre ter uma rede de apoio ao redor, ressaltando que queremos ser independentes, mas por conta das situações às quais somos expostas devemos procurar andar acompanhadas e avisar sobre nosso paradeiro.

Outro grupo escolheu: “nos últimos meses meu marido começou a brigar mais comigo, sempre gritando e me xingando, às vezes ele bate forte na parede, às vezes ele joga coisas na parede”. Uma companheira estava vivendo uma situação parecida. A solução apresentada foi a união e apoio entre as mulheres, para que elas se sintam mais fortes para tomar decisões, saírem de situações abusivas e buscarem independência. As soluções de cada grupo foram apresentadas com estátuas vivas, ou seja, colocando o corpo na resistência, na construção de saídas.

Para combater a violência, as mulheres precisam se (re)constituir como sujeitas de sua própria vida, o que envolve muitos caminhos. As políticas públicas são um deles, mas ainda têm muitos limites. Em 2025, no Brasil, quatro mulheres a cada dia foram vítimas de feminicídio, uma em cada oito vítimas tinha Medida Protetiva de Urgência. A medida protetiva é um instrumento da lei Maria da Penha. Uma mulher, vítima de violência, registra um Boletim de Ocorrência e solicita a proibição do agressor de se aproximar ou ter contato com ela. O Estado não foi capaz de garantir a segurança de muitas mulheres que recorreram a esta proteção. Também nos preocupam as tantas outras que nem chegaram a buscar a proteção pública. Há muita coisa a ser feita. A Marcha das Margaridas reivindica a integração de políticas públicas e a criação de equipamentos e serviços de prevenção e atendimento que deem conta da realidade das mulheres do campo, das florestas e das águas. Para além disto estão as iniciativas comunitárias e dos movimentos sociais, foco dos debates na *Sementeira*.

Debater estas questões de forma coletiva evita pensar que vamos “salvar” outras mulheres, quando o melhor a ser feito é criar condições para as pessoas se descobrirem e criarem laços de solidariedade. O cuidado de cada situação de forma individual se complementa com o cuidado coletivo. Em 2021, durante a pandemia, a SOF conheceu o Núcleo de Estudos e Trabalhos Terapêuticos (NETT⁷) e

⁷ Os atendimentos do NETT têm como base uma perspectiva clínica comprometida com a realidade social. Para o núcleo, o sofrimento psíquico é atravessado por condições de vida, desigualdades e violências estruturais. (<https://nettnucleo.com/>)



estabeleceu uma parceria para atendimentos clínicos e psicanalíticos com as mulheres da RAMA. Duas lideranças da RAMA são responsáveis por dialogar com as mulheres que manifestam a necessidade de apoio psicológico e organizar a lista de atendimentos. Este é um importante espaço de atendimento em situações de violência doméstica ou traumas de violência sexual, mas não se restringe a essas questões. Uma agricultora explicou que “a terapia é como debulhar o milho, a vida vai se abrindo em camadas”. No Grupo Esperança, elas criaram um espaço físico, o “Cantinho do Aconchego”, onde as mulheres podem fazer suas terapias sossegadas, onde se encontram e também produzem fitoterápicos. A liderança responsável estuda terapias alternativas, cuida de suas companheiras e de todas que passam por lá.

Quando vivemos uma situação difícil como a morte de uma companheira, voltamos à sensação de impotência. Miriane dos Santos faleceu em março de 2026. Sua morte foi registrada como suicídio, mas ainda está em investigação. A RAMA acolheu as familiares e apoiou o acolhimento de suas filhas e filhos em uma nova casa. Miriane tinha medida protetiva, tinha uma rede de cuidados. Ainda assim, não conseguimos protegê-la. Gritamos Miriane Presente!⁸ na Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, para afirmar uma vida sem violência nos territórios. Gritar com todo o corpo é um jeito de trabalhar o luto, de juntar forças para construir a força necessária para mudar estruturas de poder que nos oprimem.



⁸ SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). **Miriane dos Santos presente: por uma vida sem violência nos territórios.** São Paulo: SOF, 27 mar. 2026. Disponível em: <https://www.sof.org.br/miriane-dos-santos-presente-por-uma-vida-sem-violencia-nos-territorios/>. Acesso em: 3 jun. 2026.



A *Escola de Formação Feminismo e Agroecologia* aconteceu em julho de 2019 na Juréia, em Iguape, com a participação de mulheres da RAMA e de mulheres caíçaras da comunidade do Rio Verde afetadas pela transformação de seu território em estação ecológica. A escola tratou de agroecologia, corpo e sexualidade, gênero, raça e classe e autogestão.

A *Sementeira Feminista* foi um processo de formação realizado em dois módulos, com atividades de multiplicação facilitadas por uma cartilha de mesmo nome. O primeiro módulo aconteceu em março de 2022 em Iporanga. Seus temas foram: o patriarcado no funcionamento de nossas comunidades; corpo, sexualidade, saúde e autocuidado; violência contra as mulheres e maneiras de autoproteção coletiva; multiplicadoras: como semear estas sementes. O segundo módulo aconteceu em novembro de 2022 na Ilha Comprida e teve como referência a cartilha *Sementeira feminista. Nossos corpos e territórios*⁹. Nela, aprofundamos os debates, sugerimos ajustes na escrita da cartilha e propusemos formas de multiplicação.



⁹ SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF); REDE AGROECOLÓGICA DE MULHERES AGRICULTORAS (RAMA). **Sementeira Feminista: nossos corpos e territórios.** São Paulo: SOF, 2023. Cartilha. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Altera%C3%A7ao-Cartilha-Sementeira-Feminista-1.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2026.

Reconhecimento do trabalho das mulheres

A SOF parte da compreensão das relações desiguais de poder de classe, raça e gênero em uma leitura crítica do mundo, na qual as dinâmicas da economia global repercutem diretamente nas experiências vividas nos territórios. Ao mesmo tempo, o movimento inverso também se faz presente: as vivências, resistências e respostas construídas por esse grupo de mulheres, enraizadas no Vale do Ribeira, impulsionam reflexões e práticas mais amplas.

O reconhecimento do trabalho das mulheres é o princípio que guia nossas ações e metodologias. Ao longo da história com as mulheres da RAMA, o que ouvíamos das agricultoras sobre suas produções de horta e em seus quintais era o entendimento de que aquela área não era produtiva. “Ah menina, isso aqui é só um canteirinho de tempero, não é nada”. Debates com elas que não é só a roça de grande porte, gerenciada pelos homens, que é trabalho produtivo.

Com o tempo e a construção da confiança, possibilitada pelos trabalhos coletivos, os momentos dedicados ao acompanhamento produtivo e ao planejamento das produções nos quintais e galinheiros passaram a ocupar um lugar central e indispensável na vida das mulheres da RAMA. Dentro de suas casas, começaram as negociações com os maridos, para que elas pudessem reservar parte do seu tempo às reuniões dos grupos de mulheres de seus bairros e associações.

A SOF e a RAMA construíram, também em alianças com outras organizações, ações concretas como formações, pesquisas e experimentações que envolveram metodologias feministas, participativas e pesquisa-ação, para organizar o conhecimento e o reconhecimento dos trabalhos das mulheres como agricultoras. O primeiro passo para (re)organizar as posições foi desvelar a divisão sexual do trabalho, que separa homens e mulheres e cria uma hierarquia para definir o que é remunerado e visibilizado. Esses princípios não são estáticos e podem se reorganizar em um território constituído por uma diversidade de modos de vida.

Parte deste processo foi entender como as práticas das mulheres conseguem manter a biodiversidade local e, ao mesmo tempo, dar pistas para a construção de um elo de resistência frente aos empreendimentos que estão em constante avanço no território, como a mineração e as monoculturas. A agroecologia é *ciência, prática e movimento*. *Ciência* por reconhecer a construção do conhecimento nas universidades, centros de pesquisa, movimentos sociais e nos territórios; *prática* por exercitar, experimentar e visibilizar a construção da diversidade dos agroecossistemas; e *movimento* porque reconhece os modos de vida e a organização de pessoas nos territórios, entendendo que a agroecologia conecta resistências frente ao agronegócio e à exploração da natureza.

Estes três pilares dialogam com a construção agroecológica dos territórios e são dimensionados pela sua história e ações coletivas. Reconhecer e entender como as mulheres organizam seus trabalhos e praticam a agricultura foi também permitir compartilhar nossos cotidianos e construir ações coletivas importantes para incidências políticas como a defesa do território.



A agroecologia feita pelas mulheres da RAMA

As agricultoras da RAMA sempre produziram de forma agroecológica, mesmo quando esse conceito não era explícito para elas, porque a palavra “agroecologia” era distante de seu cotidiano. Para as agricultoras, a proteção das nascentes, o cultivo em harmonia com os processos da natureza, o plantio e colheita de acordo com os ciclos da lua e os ciclos das águas, a preservação das matas por meio dos seus manejos sempre foram características de sua produção agrícola.

O fortalecimento da prática do mutirão entre as mulheres da RAMA possibilitou a troca e a construção coletiva de conhecimentos a partir das próprias experiências. As formas de conservar a matéria orgânica no solo – como a incorporação dos restos da capina à terra ou o consórcio de plantas para manutenção da diversidade – revelaram-se conhecimentos antigos que passaram a dialogar com novas técnicas, como a adubação verde e a agrofloresta¹⁰. Saberes tradicionais e práticas difundidas pela agricultura orgânica ou sintrópica¹¹ foram sendo integrados uns aos outros no cotidiano produtivo das agricultoras.

A sabedoria sobre o que plantar e onde plantar é uma prática que envolve o tempo, as memórias, os aprendizados e também os sentidos das agricultoras. A agroecologia praticada pelas mulheres não é guiada por fatores simplesmente econômicos, como nas produções agrícolas comerciais. Inúmeras vezes perguntamos às agricultoras por que certas espécies estão plantadas em determinados lugares. A resposta é “porque lá é um lugar bom para elas”. Os conhecimentos sobre as plantas que são plantadas juntas (agroflorestas ou plantios consorciados), sobre as podas necessárias para entrada de luz, a presença

de plantas espontâneas que indicam o que plantar, a cor do solo que mostra a necessidade de pousio/descanso, as sementes e mudas coletadas e plantadas no lugar das que são colhidas... tudo isso e mais faz parte de um conhecimento ecológico adquirido pela convivência com o território. E dá lugar à previsão e escolhas sobre como, onde e em que períodos plantar.

Em um pequeno vídeo compartilhado pelo celular, uma agricultora mostra seu caminho de casa para o quintal, até chegar no local de produção da roça. No trajeto aparecem muitas plantas, espontâneas e plantadas, que são manejadas neste caminhar. Esta extensão da casa com o lugar das plantas também faz parte da relação contínua de território. As terras são férteis por este motivo, conta uma agricultora do Quilombo Cedro: “as terras do quilombo não precisam ser adubadas. Essa terra só é adubada porque se planta nela”. Os modos de vida que sustentam a diversidade desse agroecossistema compreendem que a produção está associada à diversidade de espécies, mesmo em pequenas áreas, favorecendo a manutenção da matéria orgânica e a contínua reciclagem de nutrientes no solo.

O cuidado com a vida, os saberes e a autonomia estão presentes na agricultura das mulheres. Esse conhecimento é baseado em experimentação e observação contínua da textura, cor e cheiro do solo, da presença de umidade, de outras plantas espontâneas, de insetos, do sol, das relações das plantas com as pessoas e das relações entre as pessoas e as áreas produtivas. A produção para o autoconsumo sempre foi uma atividade central na vida das mulheres. Mesmo que a comercialização tenha reorganizado as áreas de produção e integrado novas plantas e práticas, a diversificação e os princípios agroecológicos foram mantidos por elas.

A baixa dependência das agricultoras em relação aos insumos externos, como os adubos, e a ausência de estruturas adequadas para os alimentos colhidos e elaborados são situações que repercutem na comercialização com a rede de grupos de consumo em São Paulo. Vivemos experiências curiosas quando técnicas industriais de processamento de alimentos foram ensinadas às agricultoras e suas geleias começaram a se estragar mais facilmente. Entendemos que as “novas técnicas”, mais rígidas e padronizadas, desorganizaram suas práticas, geralmente guiadas pela cor do cozimento, cheiro, tempo de colheita da fruta. Essas práticas historicamente deram bons resultados, inclusive sanitários, porque estão baseadas em anos de observação, tentativa e erro, e adaptação ao contexto.

As trocas em torno das técnicas agroecológicas se constituem nesse diálogo constante entre saberes

¹⁰ Prática sistematizada de plantio e manejo de espécies com espaçamentos, sucessão ecológica e podas inspirada nos equilíbrios ecológicos de florestas.

¹¹ Abordagem que organiza a produção agrícola segundo os princípios naturais da vida, que tendem à complexificação progressiva dos sistemas. Propõe que toda intervenção no campo deve resultar em balanço energético positivo, aumentando a biodiversidade, a fertilidade do solo e favorecendo os processos sucessionais naturais.

tradicionais e conhecimentos técnicos, no qual práticas são mantidas, adaptadas ou transformadas conforme as necessidades observadas no território e na produção.

Houve muitos momentos em que o conhecimento técnico da SOF foi mobilizado para, em diálogo com os conhecimentos das agricultoras, oferecer soluções aos problemas na produção. A criação de galinhas, por exemplo, é uma parte importante da produção das mulheres, que enfrentam desafios como a ocorrência de doenças dentre os animais e o preço do milho (ração) que aumenta a cada ano. Frente a essa realidade, e considerando a centralidade deste tipo de criação para as mulheres, atuamos em várias frentes. A primeira foi propiciar a vacinação de galinhas contra o vírus Newcastle, que pode levar à morte e já estava infectando muitas criações. Depois, levamos algumas agricultoras para conhecer experiências consolidadas de criação de galinhas agroecológicas, para que aprendessem diferentes tipos de manejo e possibilidades de produzir ração com uma diversidade de plantas, além do milho. Isso é importante porque a maior parte das mulheres não consegue produzir milho agroecológico em quantidade suficiente para alimentar todas as suas galinhas, o que as deixa reféns de comprar milho no mercado ou limita o número de aves. O tema das galinhas continuou sempre presente nas discussões da RAMA. Mais recentemente, realizamos uma oficina sobre galinhas caipiras para que elas aprendessem mais técnicas de manejo e manutenção das raças locais.

Também mobilizamos técnicas agroecológicas para ajudar as mulheres que enfrentam situações climáticas extremas ou grandes infestações de animais indesejados. Em algumas épocas do ano o clima em Barra do Turvo é bastante frio e podem ocorrer fortes geadas. Isso afeta muito os cultivos, principalmente aqueles de plantas mais sensíveis. Em um destes episódios, trabalhamos com as mulheres algumas opções agroecológicas para enfrentar isso, como a aplicação de água de vidro, um tipo de bioinsumo baseado na agricultura biodinâmica, que fortalece a parede celular das plantas e as deixa mais fortes contra impactos externos. Também já precisamos agir sobre grandes infestações de caramujos africanos e carunchos, testando alternativas com as mulheres para que elas não perdessem a produção nem se sentissem impelidas a apelar para o uso de agrotóxicos.

No último período, apostamos na produção coletiva de bioinsumos para ampliar o repertório de práticas agroecológicas das mulheres e também fortalecer a dinâmica dos grupos a partir do trabalho coletivo. Fizemos oficinas em cada bairro, ensinando a produzir biofertilizantes líquidos em grande quantidade. As mulheres aprendiam o processo juntas e, depois

da oficina, eram responsáveis por compartilhar o trabalho contínuo de cuidado com o preparado, que passa por um período de “maturação” em que precisa ser revolvido diariamente. Depois deste período, cada uma retirou uma cota de biofertilizante líquido do grande tambor onde ele foi produzido. Isso criou um senso coletivo em relação à preparação e também ao uso dele, animando-as a compartilhar os resultados que obtiveram.

Trabalhamos o processo coletivo de produção de rótulos dos produtos, principalmente aqueles que são comercializados em feiras e lojas. Pouco a pouco, em oficinas, produzimos juntas os rótulos dos produtos que elas julgavam mais importantes para sua renda, garantindo o acesso aos mercados. Também foram testados diversos tipos de embalagens, como o uso de folhas de taioba para manter os maços de ervas frescas durante o transporte. Neste sentido, também auxiliamos as mulheres em seu desejo de criar uma Organização de Controle Social (OCS) em um dos bairros onde a RAMA está, o que possibilitou a elas obter o certificado de produção orgânica e acessar mais mercados.

Entendemos que a produção agroecológica envolve também elementos como o tratamento de água nas propriedades. Esta preocupação foi apresentada primeiramente pelas agricultoras da comunidade Bela Vista, que queriam cuidar das águas de consumo e tratar os efluentes. A busca por adaptações nos levou, em um intercâmbio promovido pela Articulação Nacional de Agroecologia, ao encontro com companheiras da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas de Agroecologia de Minas Gerais, que apresentaram uma versão da fossa biodigestora construída com bombonas a um custo acessível. Fizemos um mutirão de instalação de fossas, envolvendo também pessoas da Esparrama. Em outro intercâmbio, integrantes da Esparrama contribuíram na construção de um banheiro seco, para que o grupo Rosas do Vale pudesse ter uma estrutura de apoio em sua área coletiva de produção.

A construção do saber agroecológico se dá de muitas maneiras. Novos conhecimentos surgem da combinação de práticas ancestrais com conhecimentos técnicos formais, da observação da natureza, experimentação, trocas nos mutirões, cursos e mesmo de pesquisas na internet. Boa parte das mensagens no grupo de *whatsapp* da RAMA são trocas de receitas e links de vídeos com ideias de coisas para fazer na roça, nos quintais e nas cozinhas. Foram muitos os casos em que partimos do próprio conhecimento das mulheres para disseminar práticas agroecológicas na RAMA.





Foi assim que conhecemos e compartilhamos muitas técnicas agroecológicas. Uma delas é o “*munchão*”, praticado por muitas mulheres da RAMA, que consiste em um canteiro formado por restos vegetais em valetas, cobertos com terra. Conforme os restos vegetais se decompõem, eles aumentam a matéria orgânica da terra, que fica mais rica. Assim, a terra precisa ser menos revolvida para formar canteiros e também se faz canteiros mais elevados, que diminuem a penosidade do trabalho. Também são muitas as mulheres que usam esterco de seus animais, húmus de minhoca e restos de sua cozinha para aumentar a matéria orgânica. Quanto à produção animal, buscamos valorizar a fala das mulheres que tinham mais experiência com este manejo. Elas compartilharam com as demais saberes sobre como promover o bem estar, técnicas para deixar os bichos soltos sem afetar a produção de plantas e também sobre como fazer a produção própria de ração.

O baixo revolvimento do solo é um princípio comum a quase todas as agricultoras da RAMA. A cobertura do solo é uma prática indispensável para manter a vida na terra. Valorizamos a diversidade de formas de fazer isso, por exemplo mantendo restos de cultura na terra depois da colheita, ou usando como cobertura plantas espontâneas ou folhas das árvores.

Buscamos aprender com elas e difundir com as demais o conhecimento de como ler a qualidade do solo por meio de plantas espontâneas. Essa é uma maneira de compreender a vida do solo e adotar o manejo apropriado para melhorar a fertilidade sem precisar recorrer a procedimentos como as análises químicas, que são caras e não promovem a autonomia das agricultoras.

Todas as agricultoras usam sementes e mudas próprias ou trocadas entre si nos mutirões da RAMA. A valorização dessa prática é essencial para manter e até resgatar variedades que eram consideradas perdidas, como foi o caso do arroz “governinho do talo roxo”. Essa é uma variedade de arroz que já foi muito comum na Barra do Turvo, mas havia sido considerada extinta. A partir da observação atenta das mulheres sobre as plantas espontâneas, uma agricultora um dia percebeu que uma planta desta variedade tinha aparecido “sozinha”, provavelmente trazida por um passarinho, em seu quintal. Ela passou a reproduzir e cuidar dessa semente, e inspirou outras a terem o mesmo cuidado com suas variedades.

Quando começamos o projeto *Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira*, em 2018, já havíamos iniciado o

uso da Caderneta Agroecológica¹², um instrumento de mensuração da produção sob a responsabilidade das mulheres criado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata - CTA/ZM para dar visibilidade ao trabalho das agricultoras.

Durante o projeto, seguimos com momentos de formação e de reflexões coletivas sobre as anotações nas cadernetas. As mulheres se surpreenderam com a diversidade de sua produção. Perceberam como a produção para o autoconsumo pode representar uma economia, por exemplo, ao plantar os alimentos para as criações e economizar na compra de ração. Algumas agricultoras relataram que as anotações ajudaram a evidenciar suas contribuições para a renda familiar. Foi comum ouvir, nestes momentos, como os espaços de produção das mulheres são desconsiderados também dentro da unidade de produção. Ou como sofrem violações, com homens da vizinhança soltando animais em cima da produção coletiva das mulheres ou o marido colocando veneno na horta sem consultar a agricultora.

As anotações constantes nas cadernetas agroecológicas permitiram, em 2018, que o grupo Rosas do Vale, entrasse no processo de comercialização com os demais grupos de mulheres. Depois, serviram de documentação para que o grupo obtivesse o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)¹³ com a comprovação de sua produção coletiva. Este grupo foi considerado, pelas técnicas da SOF, o que se encontrava mais fragilizado pela ausência de acesso à terra, limitando também o acesso a políticas públicas.

A diversidade de alimentos ofertados na comercialização da RAMA também foi resultado de uma construção coletiva impulsionada pelas cadernetas. Inicialmente, a produção para autoconsumo era desvalorizada, sendo frequentemente definida como “produção para o gasto da casa”. Em 2016, no início das entregas aos três grupos de consumo envolvidos nas primeiras compras, apenas cinco variedades de alimentos foram relatadas à comercialização pelas agricultoras. Elas não imaginavam vender plantas medicinais, raízes e folhas de taioba. A oferta e a precificação de alimentos que nunca haviam sido comercializados se tornou uma prática autogestionada junto a rede de grupos de consumo.

¹² ALVES, Luciana Medeiros; ALVARENGA, Camila; CARDOSO, Elisabeth; CASTRO, Nayara de; SAORI, Sheyla; TELLES, Liliam. **Caderneta agroecológica e os quintais: sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil**. Viçosa: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), 2018. 100 p. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/caderneta-agroecologica-e-os-quintais-sistematizacao-da-producao-das-mulheres-rurais-no-brasil-292.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2026.

¹³ CAF- Cadastro da Agricultura Familiar que reconhece a diversidade de identidades das mulheres na categoria de agricultura e permite o acesso a programas e políticas públicas como a previdência social



O conhecimento das mulheres como referência em cursos formais

As experiências e aprendizados da atuação da SOF em conjunto com a RAMA guiaram a criação de um curso técnico e um curso de extensão em agroecologia.

Em 2019, a SOF começou a construção do 1º Curso Técnico Subsequente em Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Este foi o primeiro curso com pedagogia da alternância realizado pelo IFSP e tendo como público prioritário agricultoras. A construção do Programa Pedagógico do Curso envolveu as prefeitorias de ensino e extensão e professoras de seis campi do IFSP e se tornou referência para uma nova edição do curso técnico, iniciada em 2025.

O curso inovou por se organizar em trilhas pedagógicas, ter o feminismo e o antirracismo como elementos constitutivos, inclusive atravessando componentes curriculares como solos e mecânica, o que supera a separação entre saberes técnicos e políticos. Contou com ciranda – cuidado das crianças – nos momentos presenciais realizados em espaços do IFSP e centros de pesquisa em agropecuária. Sua duração foi de 18 meses, em um contexto de pandemia e de um governo federal conservador que desmontou políticas e estruturas de apoio às mulheres, agricultores familiares e pessoas negras.

Foi uma enorme vitória a formatura de 16 pessoas como técnicas e técnicos em agroecologia. Se formaram 11 mulheres e cinco homens, entre quilombolas, pessoas assentadas da reforma agrária, parentes indígenas Guarani-Mbya, Tupi-Guarani, e agricultoras/es familiares rurais e urbanas. Várias destas pessoas hoje realizam trabalhos de extensão rural retomados com a eleição do governo popular e a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O *Curso de Extensão Alternativas feministas e agroecológicas* buscou organizar os aprendizados que articulam estas perspectivas, aproximando campo e cidade. A primeira edição, realizada em 2023, foi organizada em aliança da SOF com o IFSP, campi São Miguel Paulista e Registro, e a RAPPA -- Rede de Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas.

O curso combinou momentos virtuais e presenciais em três módulos: *Fundamentos e inter-relação entre agroecologia e feminismo*, *Políticas públicas de fortalecimento da agroecologia e das mulheres agricultoras*, *Comercialização Solidária para garantir soberania alimentar*. Integrou intercâmbios com a RAMA na Barra do Turvo, com agricultoras urbanas na zona leste da cidade de São Paulo e na Terra indígena Tenondé Porã.

A segunda edição, realizada em 2024, integrou mais parceiros, como a Universidade Federal do ABC (UFABC), a Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP) e o SESC (Serviço Social do Comércio), e incluiu um módulo sobre *Agroecologia e ancestralidade*. O curso fortaleceu alianças na defesa dos territórios e por justiça ambiental também na cidade, experimentando como a comida cria e fortalece vínculos entre pessoas em diferentes espaços (rural e urbano) e entre gerações. Participaram, das duas edições, quase 250 pessoas, a maioria negras, estudantes e periféricas.

As discussões durante o curso se integraram a processos concretos, como contou Cibele Tancara, aluna do IFSP São Miguel Paulista e participante da Esparrama, sobre sua vivência com as agricultoras da RAMA que produzem chips.



As agricultoras nos contaram todo o processo, que vai da colheita até a embalagem dos chips. Vimos que é um trabalho bastante difícil e árduo, mas que nem as agricultoras enxergavam o esforço imenso que faziam para produzirem. Ao final da roda, foi decidido que os chips teriam uma alteração no preço, visto que requerem muito trabalho. Não que elas se importassem com ganhos e perdas, mas realmente é um trabalho difícil de ser realizado, e um aumento no preço era mais que justo.





A autogestão coletiva como metodologia para comercialização

A primeira experiência de comercialização dos alimentos produzidos pela RAMA em São Paulo foi em março de 2016, em um espaço chamado Quitandoca¹⁴. Neste mesmo período, militantes da Marcha Mundial das Mulheres começaram as feiras da economia feminista e solidária em Registro/SP com alimentos dos grupos de agricultoras.

A comercialização envolve duas pontas: a da produção, com as agricultoras, e a compra, que envolve as pessoas dos grupos de consumo. Podemos dizer que as motivações das duas pontas, produção e consumo, passam pela necessidade de gerar renda e pela possibilidade de acessar alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, e com preços justos. Passam pelo desejo de transformação política, de desconstruir os mercados e a lógica do agronegócio.

No elo da produção, cabe às agricultoras garantir o cultivo livre de agrotóxicos, manter a produção voltada ao autoconsumo e ofertar o excedente, além de organizar reuniões coletivas para planejar a oferta diversificada de alimentos aos grupos de consumo. Há sempre uma ou duas agricultoras de referência para apoiar a comunicação com os grupos da cidade, geralmente são mulheres com acesso a internet e facilidade de comunicação.

Já os grupos de consumo se responsabilizam pela recepção das ofertas das agricultoras, a definição das modalidades de comercialização (em cestas de alimentos ou pedidos avulsos), e pela organização do envio e o recebimento dos pedidos das pessoas consumidoras. Há pessoas de referência e geralmente se intercalam. Cada grupo se organiza com o princípio de não sobrecarregar integrantes, de revezamento das tarefas para promover aprendizagem e acompanhar novos integrantes.

Para organizar as ofertas das agricultoras, os grupos se revezam mensalmente na coordenação das compras. Essa tarefa envolve solicitar as ofertas de alimentos, sistematizá-las em uma planilha compartilhada entre os grupos,

receber os pedidos das pessoas consumidoras e reorganizar as quantidades demandadas na mesma planilha coletiva. O processo todo leva pelo menos 15 dias para ser concluído, com a chegada dos alimentos na última quinta-feira de cada mês.

Este circuito, que se realiza com relações diretas entre a produção e consumo, também vivencia as complexidades e desafios da logística, das relações das pessoas com o consumo e da precificação de produtos in natura e elaborados. Fazem parte dos desafios na construção desta rede autogestionada: as negociações de transporte com a prefeitura local, definição do valor de fretes a partir da origem da compra (de grupos de consumo ou de mercados)¹⁵; a organização dos pedidos em caixas agrícolas identificadas com os nomes dos grupos de consumo; as anotações nas notas fiscais de produtora rural; a alocação menos desigual dos pedidos de cada grupo em relação às ofertas das agricultoras; e as tomadas de decisões em relação a perdas ou excesso de produtos.

O desafio da comercialização para maiores mercados é um tema que atravessa muitas discussões e formações da nossa rede, tanto na RAMA como na Esparrama. Coletivamente, criamos estratégias para lidar com demandas de formalização e de aprimoramento na produção e da comercialização de alguns produtos beneficiados ou pré-processados. São muitas as barreiras que uma agricultora se propõe a ultrapassar para poder comercializar um pacote de açúcar mascavo no mercado de maior porte. Na Esparrama, tentamos lidar de forma coletiva com tais demandas, unindo esforços de diferentes áreas de conhecimento e atuação e fortalecendo a rede, dando mais corpo à ela. Produzimos rótulos, tabelas nutricionais, logos para os grupos da RAMA e propomos embalagens para a diversidade de produtos.

No processo de construção da comercialização da RAMA, as quantidades de alimentos oscilavam em certos períodos. Houve momentos de esvaziamento de pessoas nos grupos de consumo militante, épocas de recesso escolar e festas de fim de ano, e até mesmo de baixa oferta de alimentos por parte da RAMA, geralmente após alguma tragédia climática, como as enchentes que ocorreram no ano de 2022, e/ou uma baixa colheita de alimentos. Em anos de maiores perdas a Esparrama organizou doações contribuindo para o Fundo Coletivo da RAMA (ver abaixo).

Um dos desafios de organizar a comercialização é “fazer caber” na oferta a enorme variedade de produtos que as mulheres têm para oferecer. Desde o início, optamos

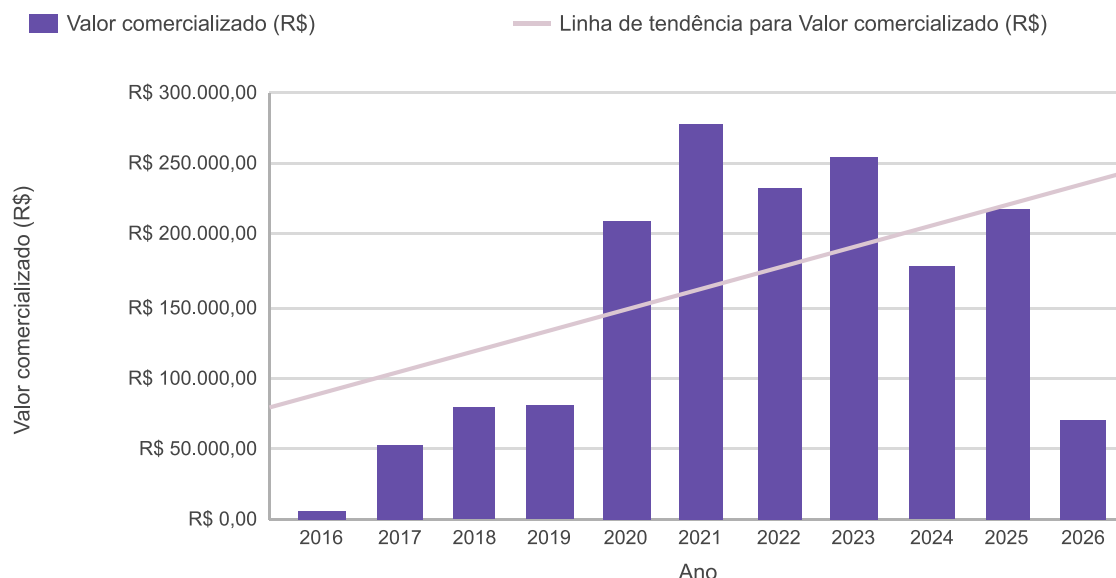
¹⁴ Disponível em <https://www.sof.org.br/barra-do-turvo/>

¹⁵ Atualmente a RAMA comercializa com quatro mercados para além dos grupos de consumo – Instituto Baru, Chão, Gomo Coop e Livres. São considerados diferenciados de mercados comuns por apoiar a produção agroecológica, as relações solidárias e a transparência na formação de preços finais para os consumidores.

por abraçar toda a produção das mulheres, mesmo que em pequena quantidade, e não exigir que elas produzam menos diversidade e maior quantidade. Assim, criamos um mercado que estimula a diversidade e a forma das mulheres de fazer a produção seguindo seus próprios desejos. As mulheres da RAMA ofertam 290 produtos in natura diferentes, além de 340 processados, 52 fitoterápicos, 20 artesanatos e 100 tipos de mudas.

A consolidação da Rede Esparrama fez com que as vendas representassem uma quantidade expressiva de renda monetária para as mulheres, como mostra o gráfico abaixo. Isso demonstra que é possível garantir viabilidade econômica e uma quantidade razoável de recursos em um mercado organizado pela lógica da economia solidária e feminista, respeitando os ritmos da natureza e os desejos das mulheres.

Compras da RAMA realizadas pelos Grupos de Consumo e Institutos



Fonte: Elaboração própria com dados da planilha de compras. Em 2026 estão computados valores comercializados entre fevereiro e maio, nos demais estão considerados os totais das entregas no ano.

Os acordos entre RAMA e Esparrama são firmados durante os intercâmbios. Estes momentos propiciam às pessoas da cidade, além das trocas sobre comercialização, vivenciar e conhecer a realidade das agricultoras. São realizadas formações que impulsionam respostas políticas conectadas com a realidade do território do Vale do Ribeira e desfazem possíveis ações clientelistas ou assistencialistas. Organizamos uma rede de consumidores comprometidos em pensar sobre a origem dos alimentos, a situação de vida das agricultoras e quilombolas e as formas de distribuição de alimentos agroecológicos nos grandes centros urbanos.

A Esparrama se constrói politicamente e se compromete a ampliar a comercialização da RAMA. Isso coloca o acesso ao alimento saudável e sem agrotóxico como precursor de um debate sobre economia feminista e solidária. A soberania alimentar nas cidades e a aproximação e diminuição dos circuitos de comercialização entre campo e cidade são assuntos que germinam dentro dos processos da

Esparrama. Em ação política e militante, nutrimos grupos presentes nas diversas regiões da cidade de São Paulo, tanto em bairros mais periféricos como no centro.

A Esparrama ampliou suas alianças. Um exemplo é a parceria com o SESC de Registro/SP, que permitiu às agricultoras da RAMA presenciar mensalmente a organização do grupo de consumo local e se colocarem na posição de formadoras e multiplicadoras de conhecimento, em rodas de conversa sobre a produção agroecológica e modos de vida no território. Estas atividades foram remuneradas e as agricultoras organizaram o uso dos recursos financeiros: foram compartilhados entre as que participaram e o fundo coletivo da RAMA.

A demanda por atividades externas aumentou na vida cotidiana das agricultoras: foram muitos convites para rodas de conversa e feiras. No ano de 2023 foi lançado o filme *Vida em Mutirão*, com uma agenda de exposições que as agricultoras acompanharam. A

comercialização foi conectada com a presença de agricultoras nos dias de recebimento do caminhão em São Paulo, nos momentos de troca no espaço Monte Kemel, e durante as visitas e renegociações com os mercados/institutos.

Se antes o enraizamento das mulheres no território estava associado à falta de oportunidades de participação e à ausência nos espaços de decisão, agora elas iniciam processos com maior liberdade, conectando suas vidas às das pessoas que se alimentam

de seus produtos. Lidar com essas mudanças também exige escolhas individuais e (re)organização no núcleo da família. A RAMA assume o compromisso com a organização de agendas, priorizando a formação de duplas (com mulheres de grupos diferentes e as mais experientes acompanhando aquelas que participam menos de atividades externas). Desta maneira, todas têm oportunidade de participar e vivenciar a representação da rede em algum lugar no território ou fora dele.

O intercâmbio como metodologia

O intercâmbio é uma metodologia amplamente utilizada nos processos de formação e construção da agroecologia — um modo de aprender que parte do concreto, da visita e do fazer junto. Na RAMA, o intercâmbio se tornou também o espaço onde campo e cidade se encontram, onde as relações de confiança se constroem no tempo longo para fortalecer a comercialização e a construção de uma vida que valha a pena viver para todas as mulheres.

Ao vivenciar um pouco do cotidiano das agricultoras que formam a RAMA, as pessoas dos grupos de consumo da cidade se aproximam e reconhecem os trabalhos e os modos de vida de quem produz os alimentos distribuídos pela Esparrama. Esse reconhecimento transforma a relação com as agricultoras, com o alimento, com o preço justo, com a construção da rede. É no intercâmbio que firmamos nossos acordos coletivos e a autogestão na comercialização.

Realizamos o intercâmbio entre RAMA e Esparrama anualmente, no feriado de Corpus Christi. Durante três dias, somos recebidas pelas agricultoras e quilombolas da RAMA em suas casas e comunidades. Dois ou três representantes de cada grupo de consumo da cidade se organizam para participarem dessa vivência e coletivamente estruturamos as atividades. No primeiro dia, as pessoas da Esparrama chegam no território e se distribuem entre as casas das agricultoras. A RAMA define quais agricultoras vão receber as pessoas da cidade. Define quantidade de pessoas por casa e as vivências que serão realizadas. Em geral, cada agricultora recebe entre duas e quatro pessoas.

As vivências são realizadas no período da manhã do segundo dia. Produção de açúcar mascavo, de farinha de milho no monjolo, manejo da horta, roçada e carpida nas áreas de produção e colheita são algumas das atividades que as mulheres da RAMA propõem para os representantes da Esparrama. Nesse fazer, lado a lado, se constroem as relações.

O almoço do segundo dia de intercâmbio é sempre coletivo. Todas as pessoas se reúnem em um salão comunitário do quilombo e compartilham as experiências do dia anterior e durante a manhã. O segundo dia também tem como objetivo aproximar as atividades das mulheres de toda a comunidade, fortalecendo o espaço das lideranças e o reconhecimento das mulheres da RAMA como sujeitas do território. Ao final do segundo dia é realizada uma festa junina aberta a toda a comunidade, com alimentos tradicionais do território e produzidos coletivamente por todas as pessoas da rede.

O terceiro e último dia é dedicado à assembléia. Neste momento, os acordos entre RAMA e Esparrama são revistos, propostos e firmados. Valores de produtos in natura, embalagens a serem utilizadas, rótulos a serem produzidos e impressos, formas de organização das caixas para os dias de entrega e logística são alguns dos assuntos retomados e discutidos a cada intercâmbio.





Construção coletiva da RAMA

A RAMA se move na busca por autonomia, o que envolve a construção coletiva de capacidades e condições concretas para permitir às mulheres fazerem escolhas e responderem a situações econômicas de produção e reprodução de suas vidas. A autonomia econômica foi sendo construída a partir das primeiras experiências de organização de mercados.

Em 2022, quando perguntamos às agricultoras se elas estavam decidindo mais sobre suas vidas, elas nos deram respostas assim:

“Mais compromisso, mais coisas pra resolver, aumentou as coisas. Mas quero vender, eu que decido e mando em tudo”



“Mudou muita coisa. Eu já trabalho com essas coisas há muitos anos (sobre o trabalho com plantas e seus usos medicinais). Estava depressiva, eu não queria mais fazer nada. E hoje mando e organizo, mudou muita coisa na minha vida e eu peço que mude na vida de muitas.”



“Mudou bastante coisa. Antes éramos um bairro esquecido. Com esse projeto (mencionando a comercialização) consegui realizar um sonho que era comprar minha farinheira, com o dinheiro paguei as parcelas”.

A tomada de decisões coletivas constituiu um exercício potente para as mulheres, especialmente aquelas que vivenciavam conflitos em seus contextos familiares. Essa prática fortaleceu, no plano individual, a capacidade de ocupar espaços de decisão em seus próprios núcleos. A exemplo disso, em outro contexto, os grupos de mulheres do bairro Bela Vista e do bairro Rio Vermelho participam de reuniões locais e periódicas em conselhos das unidades de conservação. Foram estes grupos que inicialmente relataram, no conjunto da RAMA, preocupações em relação às estradas precárias, dificuldades de acesso à energia elétrica e, posteriormente, à retirada de famílias em áreas do parque.

Nossas raízes e acordos

Conforme a organização coletiva da RAMA se estabelecia, o reconhecimento dos grupos que compõem a rede e sua estruturação se fizeram necessários. Neste contexto, a agroecologia se torna uma ferramenta importante de resistência, ao articular os modos de fazer das mulheres. A valorização das práticas e dos saberes das agricultoras sobre o território, a produção e suas experiências — tanto individuais quanto coletivas, especialmente na comercialização realizada por meio de associações e cooperativas — contribuiu para ampliar as possibilidades de organização do trabalho. Esse processo, realizado a partir do cotidiano de trabalho das mulheres, possibilitou que elas se reconhecessem e se fortalecessem como uma rede.

Uma agricultora do grupo Esperança sempre relata, ao apresentar a RAMA publicamente, que fazer parte do grupo não é apenas comercializar. Ela explica que há o aprendizado de compartilhar a vida juntas, de aprender e atuar coletivamente.

Então organizamos, coletivamente, o documento de princípios da RAMA, onde estão os combinados sobre a produção agroecológica, formas de participação e espaços organizativos. O caderno *Nossas raízes e acordos*, onde estão registrados os combinados que conduzem nossa rede, foi elaborado como orientação para as mulheres que constroem a RAMA. Nele definimos a economia solidária, a agroecologia, o feminismo e a soberania alimentar como nossas raízes.

Os combinados tratam de princípios sobre a produção agrícola, como o não uso de agrotóxicos e o fortalecimento dos modos de produção agroecológica. Também reconhecem a roça tradicional de coivara como uma forma de trabalho a ser respeitada. Como documenta o livro *Raízes da Resistência*, a prática da coivara não é degradação: é patrimônio, é memória viva das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, uma forma de “criar mundos e paisagens multiespécies” que a legislação ambiental insiste em criminalizar¹⁶. Reconhecê-la nos acordos da RAMA foi um ato político.

As relações de confiança e afeto entre as companheiras que compõem a rede também fazem parte de nossos

¹⁶ HILLENKAMP, Isabelle; FREITAS, Alair Ferreira de; PRÉVOST, Héloïse; BOMBARDI, Larissa Mies; LOBO, Natália (org.). **Raízes da resistência: construindo territórios feministas e agroecológicos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2025.

combinados e se estruturam nas vivências de mutirões, trocas de experiências e visitas. Definimos também que uma agricultora ou um grupo de interessadas em integrar a RAMA precisam, antes de iniciar a comercialização, participar durante seis meses das atividades que desenvolvemos. Assim, com o tempo, podemos compartilhar e aprofundar nossas raízes com essas novas pessoas e não colocamos a comercialização como o principal intuito de nossa união e organização. O objetivo da RAMA é reunir e fortalecer as mulheres a partir das relações afetivas.

Quanto mais mulheres participam mais fortes somos e mais fácil dividir as tarefas e não sobrecarregar ninguém. Cada grupo tem seu jeito de funcionar, mas já aprendemos que envolver mais mulheres nas tarefas e ter um rodízio, de cada vez uma se responsabilizar, é muito bom para todas.

Entendemos que, com o passar do tempo e com o crescimento e amadurecimento de nosso coletivo, estes combinados sempre poderão ser revistos, repensados e reescritos.

O papel das juventudes na RAMA

Nos anos de construção e prática da RAMA, o tema da juventude sempre foi um ponto de atenção e foi, muitas vezes, foco dos projetos que acompanhavam a SOF no Vale do Ribeira. Sabemos que a população rural está cada vez mais envelhecida e que as juventudes, no geral, veem nos grandes centros urbanos oportunidades para melhorar suas vidas do ponto de vista econômico e de ascensão social.

A maioria das jovens vai para a cidade quando termina o Ensino Médio. Entendemos que um dos motores para essa migração¹⁷ é a desvalorização do trabalho e dos saberes femininos em relação à agricultura. A sucessão rural, portanto, também é uma das raízes que sustentam a RAMA no território.

Observamos que a história das meninas muitas vezes segue um padrão: tornam-se mães na adolescência

e rapidamente entram no sistema de reprodução da vida, com o tempo consumido pelas atividades domésticas e de cuidado, afastando-se de movimentos coletivos e de espaços de juventude. Tentamos criar maneiras para as jovens se sentirem parte de nossa rede, ao mostrar outras possibilidades para os futuros das jovens filhas e netas das mulheres da RAMA, que sempre nos acompanham em mutirões, vivências e reuniões, desde pequenas.

A inclusão das jovens em nossos grupos faz parte de nossos combinados e acordos. Durante alguns anos da atuação da SOF com as mulheres da RAMA, realizamos encontros somente para jovens, onde tratamos de temas como sexualidade, identidade e também temas da produção agrícola e da transição agroecológica. Entendemos as juventudes como fortes agentes dessa transição.

Encontramos, na comercialização e na organização de todas suas etapas, espaços em que as jovens se sentiam confortáveis de compartilhar conhecimentos e cultivar o trabalho conjunto entre as diferentes gerações de mulheres da RAMA. Pensando na geração de renda, alguns grupos determinaram que elas deveriam ser remuneradas para realizar tarefas de comunicação ou administrativas, como colocar crédito no celular e organizar as ofertas e as caixas nos dias de comercialização. As jovens, então, começaram a participar ativamente da RAMA. O trabalho comum, mais uma vez, funcionou como porta de entrada e como espaço de formação.

Os tempos da vida são intergeracionais. Como pensar o trabalho conjunto em um ritmo em que todas caibam? Os ciclos longos da vida acolhem discontinuidades e exigem paciência. Algumas adolescentes que, no início de todo esse processo, eram ainda crianças, relatam hoje a admiração que tinham pelas mulheres organizadas, pelos mutirões, e a intenção de participar, futuramente, da construção da RAMA. Entendemos que os novos brotos dessa rama estão nutridos e com espaços para florescer.



¹⁷ HILLENKAMP, Isabelle; LOBO, Natália Santos. “Depois de me formar...”: resultado de uma pesquisa sobre as experiências e ideias de vida de estudantes das Escolas Estaduais Rio Vermelho e Luiz Darly (Barra do Turvo). [Relatório de Pesquisa]. Paris; São Paulo: IRD – Institut de Recherche pour le Développement; SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2019. Disponível em: <https://hal.science/ird-02305388>. Acesso em: 3 jun. 2026.



Mutirões como espaço organizativo

O mutirão é o coração da RAMA. As agricultoras e quilombolas sempre tiveram essa prática coletiva — faz parte da cultura tradicional das comunidades quilombolas e das famílias camponesas trocarem e compartilharem dias de trabalho, visitarem diferentes sítios e famílias, partilharem o tempo produtivo em exercício de reciprocidade e solidariedade.

Nesses mutirões de antigamente, os espaços de trabalho eram muito bem delimitados entre homens e mulheres e o lugar das mulheres, no geral, era a produção do alimento, nas cozinhas, para que o almoço dos homens que trabalhavam na roça estivesse pronto quando eles retornassem.

Na RAMA, “o nosso mutirão é feminista mesmo”. Os mutirões se tornaram uma prática constitutiva do coletivo. Um espaço organizativo, de formação e de deliberações. O trabalho em campo, na roçada e no plantio, tem a mesma importância e prioridade que o trabalho doméstico, na cozinha e na produção do alimento. Companheiras que não podem se esforçar fisicamente se organizam para a tarefa de produzir a refeição do dia — e todas entendemos que são tarefas do mesmo valor.

Como mostrou o filme *Vida em Mutirão*, o mutirão é ao mesmo tempo trabalho, afeto, formação e encontro. Um espaço em que as mulheres se dedicam e se esforçam para sair de suas casas numa intenção coletiva de compartilhar não apenas a força de trabalho, mas suas experiências, conhecimentos e práticas.

Em uma de nossas assembléias, definimos que os mutirões seriam mensais ou, no máximo, a cada três meses, para que não se perdesse o costume. E que a cada mutirão seria sorteado o grupo seguinte a receber o próximo encontro, criando uma rotatividade que garante que todas as agricultoras, de diferentes grupos e bairros, recebam o coletivo em sua terra. Na RAMA, o compromisso mensal com o mutirão é de cada grupo — e o grupo se organiza para que ao menos uma ou várias companheiras possam estar presentes.

Essa lógica se distingue de outras formas de organização coletiva que conhecemos no território. Agricultoras da RAMA já vivenciaram normas impostas por organizações mistas, como a exigência de participação contínua em mutirões de produção. Elas se queixaram sobre como estas normas são excludentes e não levam em consideração o tempo das mulheres. Na RAMA, os acordos existem para proteger o coletivo, não para excluir quem está mais frágil.

As agricultoras reconhecem a importância do trabalho coletivo para além da dimensão produtiva. “Ajudamos fisicamente e também psicologicamente a nossa companheira”, dizem. A parte da tarde do mutirão é também momento de conversa e de acordos, que em geral fluem com mais facilidade depois de horas de trabalho conjunto, quando já se sabe o que cada uma está vivendo, quando algumas ideias já se organizaram durante o período na roça.

Como registramos em *(Re)conhecendo a agroecologia feminista*¹⁸, os mutirões da RAMA são expressão de uma agroecologia que não separa o técnico do político, o produtivo do afetivo. Uma agroecologia que se faz no corpo, na conversa, na confiança construída ao longo do tempo entre mulheres que decidem, juntas, que o mundo pode ser organizado de outro jeito.

¹⁸ FILIPAK, Alexandra; MARQUES, Gláucia; SEMPERE, Kas; NOBRE, Miriam; LOBO, Natália; SAORI, Sheyla; FRANCO, Vivian. *(Re)conhecendo a agroecologia feminista: agroecossistemas e redes das agricultoras do Vale do Ribeira (SP, Brasil)*. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista; Christian Aid, 2021. Disponível em: <https://www.sof.org.br/reconhecendo-a-agroecologia-feminista-agroecossistemas-e-redes-das-agricultoras-do-vale-do-ribeira-sp-brasil/>.



Fundo Coletivo da RAMA

A RAMA constituiu um fundo coletivo para apoiar companheiras em situações emergenciais, como a compra de medicamentos ou o pagamento de contas em atraso. As condições de devolução dos valores são definidas coletivamente entre as mulheres, considerando as possibilidades de cada uma. Parte deste fundo é destinada à realização dos mutirões na RAMA, contribuindo, por exemplo, para a compra de alimentos para refeições coletivas ou para o transporte de mulheres que moram em bairros mais distantes. Os recursos do fundo vieram de doações e parte das comercializações e pagamentos de palestras e participações em feiras, como as do SESC.

Outra parte do fundo vem de contribuições dos grupos da RAMA para a manutenção e o funcionamento do caminhão da Associação do Quilombo Ribeirão Grande – Terra Seca, que tem sido utilizado enquanto a prefeitura não tem um caminhão próprio.



Cartas da RAMA



Nós já éramos unidas e até já tinha um grupo de mulheres que faziam parte da Cooperafloresta. Com o apoio da SOF nós fortalecemos o grupo e demos a ele o nome de Perobas, que vem do nosso passado. Também conseguimos fazer a comercialização solidária, uma conexão entre nós e os nossos consumidores. Outro reforço foi o aumento de grupos de mulheres, que foram se formando, uma ajudando uma à outra, até a criação da RAMA. Nos reunimos, tanto nome foi colocado em votação, e a escolha da RAMA foi porque tem vários significados para nós. Outra coisa muito importante foi a formação da Rede Comunitária, era uma demanda nossa a questão do sinal de internet. Também teve família voltando para trabalhar na propriedade, sabendo que ia ter uma renda através do grupo de mulheres. Tudo isso e muito mais. Só agradecer à SOF, que nos dá assistência

Grupo As Perobas



Uma questão bem marcante do nosso grupo é que somos família. Uma filha começou a participar, depois a sogra, depois passou pros filhos, depois nora... A gente formou o grupo do Girassóis entre mulheres da família, então fomos entrelaçando outras famílias, fomos indo. Uma coisa em que a SOF ajudou bastante foi quando a minha sogra estava sendo despejada pelo meio ambiente, para sair desse sítio aqui, onde a gente trabalha hoje. Vieram com papéis e era para minha sogra e o meu esposo irem ao Fórum e assinar, para doar o sítio. Mas eles não entendiam muito bem essa questão. Então elas ajudaram a gente, depois de ler os papéis. Agora, a gente passou a entender um pouco mais, porque começamos a sair e encontrar com outras pessoas. Ninguém do nosso município vinha falar quais são os nossos direitos e os nossos deveres. Então a gente aprendeu bastante e ainda está aprendendo. Comercializar nossos produtos elaborados e nossas verduras dá uma ajuda maior para a gente. Abriu um novo horizonte. Está trazendo jovens. E vemos que pode ser possível trabalhar e conviver com a natureza. As pessoas sempre falavam que a gente estava aqui só destruindo a natureza. E não, a gente também está aqui conservando. Dentro do nosso sítio, tem diversas qualidades de produtos. Para a gente é normal, mas a gente não vendia, não tinha esse conhecimento de se sustentar com esses produtos que temos aqui. A RAMA trouxe todos esses benefícios.

Grupo Girassóis do Vale



A gente começou muito, muito fraquinho, as mulheres todas desconfiadas. Será que vai dar certo? Os maridos diziam que era mais uma vez para se encontrar e falar conversa fiada. E fomos nos encontrando, as meninas da SOF foram vindo, a gente muito acanhada, não sabia de nada, achava que não tinha nada nos quintais. Fomos fazer o nosso mapa, cada uma do seu quintal, no começo nós éramos dez ou 11 mulheres. Daí fomos indo, as meninas da SOF sempre acompanhando, orientando, perguntando o que a gente queria. Não colocaram o que elas queriam, como sempre a gente viu. E fomos nos encontrando, nos despertando. Muitas mulheres em depressão não saíam de casa, a gente não conhecia uma a outra. Hoje cada uma que quer, que se interessa, já ganha seus trocadinhos, não precisa estar pedindo para o marido. Às vezes o marido também nem tem para dar, e aquele tempo era muito pior ainda. A gente dizia que não sabia fazer nada, não tinha nada, e hoje cada uma tem o seu troquinho, manda produtos para São Paulo, para Registro. Cada uma tem o seu dinheirinho para comprar as suas coisinhas. A gente começou o grupo de mulheres, depois passou para a RAMA, a Esparrama, que é nós aqui e o pessoal de São Paulo. Hoje em dia é um grupo muito forte. A RAMA é um grupo muito forte, em que a gente está dando outro sentido às nossas vidas. Daqui, de Indaiatuba, até o Córrego do Franco, em todos os lugares tem mulher que está sendo acompanhada, que está sendo orientada. Hoje temos livro, temos filme, temos muitos documentos que falam da RAMA, da SOF, junto da Esparrama. Também viajamos muito, muitas de nós conhecemos muitos lugares, e foi muito bom. Sou feliz. Um cuidando da outra, e todos se cuidando. Que Deus abençoe!

Grupo Esperança

Para seguir a trilha

Quisemos compartilhar os caminhos que fomos abrindo juntas, SOF, RAMA e Esparrama, para ampliar as possibilidades das mulheres viverem bem, com as ramas se espalhando, rebrotando em terra “gorda” e cercada de Mata Atlântica.

As escolhas que fizemos ganham sentido em territórios e momentos concretos – por isso contamos muitas histórias ao longo desta publicação. São histórias de como construir movimento. Os movimentos feministas e agroecológicos ainda precisam ter mais consciência sobre a luta antirracista e integrar as juventudes e suas preocupações. A RAMA já é um sujeito político coletivo com capacidade de incidir em disputas que tocam a vida de muitas mulheres porque criou alianças em âmbitos locais, nacionais e mesmo internacionais.

A RAMA experimentou e opinou sobre políticas públicas de fortalecimento da organização produtiva das mulheres rurais, como a ATER. Esperamos que a ATER seja mais realizada como construção coletiva do conhecimento agroecológico, e que essa construção também reverbere de forma mais ampla, como em iniciativas de educação formal. Construímos propostas, políticas e programas onde o Estado e a sociedade devem investir. E fazemos o

alerta de que é necessário desinvestir em projetos de “desenvolvimento” que somente extraem da natureza, que a consideram de forma fragmentada, que criam cadeias produtivas de um só produto.

Nossas propostas buscam superar a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo, ao mostrar como o trabalho realizado pelas mulheres produz alimento para o autoconsumo, cuida da natureza, produz riqueza e reproduz o ciclo da vida. Nós colocamos a ampliação da diversidade no centro da produção agroecológica, materializando a proposta da economia feminista de colocar a sustentabilidade da vida no centro da organização socioeconômica. Fazemos o convite de seguir pensando no corpo-território como articulação da autonomia pessoal e coletiva e da defesa do território. Em diálogo com experiências de outros contextos, esta é uma chave analítica e metodológica com amplas possibilidades.

As agricultoras de Barra do Turvo, organizadas na RAMA, são um sujeito político que se constitui e constrói agendas em um movimento que situa seu território no mundo e o mundo no seu território. O mundo tal como ele é hoje, tal como o imaginamos e tal como o fazemos: portador de caminhos, trilhas e encontros nas encruzilhadas.



**Escaneie para saber mais sobre a
produção da SOF sobre agroecologia**





O intercâmbio é confraternizar

O intercâmbio é confraternizar
Espera o ano todo a essa data chegar
E a RAMA e o Esparrama todos a se organizar

As agricultoras arrumando tudo para aqui se acomodar
Já vamos pensando de qual a vivência fazer e com solidariedade produtos vamos doar
E essa mobilização com satisfação
que só faz ter vontade de continuar

É arroz, feijão, mandioca, pupunha e até pão
e os quitutes é de quantidade
cada um grupo
sua qualidade

Fazemos com amor
sentimos o calor e carinho
da RAMA em multidão
Sabendo que o que estamos fazendo
um ato de gratidão
de ter a esparrama e as companheiras de luta
que nos ajuda
vencer a fome, a violência e tantos enfrentamentos que temos aqui

Nosso povo não vai parar
através dos nossos encontros
ver o mundo mudar
Com solidariedade
Acessando políticas públicas
e em marcha a conquistar
Reforma agrária, titulação quilombola
queremos todos os direitos

Viva a nossa luta

Viva as mulheres

Viva Rama e Esparrama

Jane Aparecida de Souza Santos



FEDERATION
GENEVOISE
DE COOPERATION

efi espace
femmes
international

sof
SEMPREVIVA
ORGANIZAÇÃO
FEMINISTA

